

# **GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

**SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS**

**PROURB/RH**

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DOS  
RECURSOS HÍDRICOS

**PROGERIRH**

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS  
RECURSOS HÍDRICOS

## **EIXO DE INTEGRAÇÃO JAGUARIBE - ICAPUÍ**

**PARTE V - OPERAÇÃO DO PROJETO**

**TOMO 5 - SUSTENTABILIDADE SOCIAL**

FORTALEZA

OUTUBRO / 1999

**JAAKKO PÖYRY**



# **PARTE V – OPERAÇÃO DO PROJETO**

## **Tomo 5 – SUSTENTABILIDADE SOCIAL**



## ÍNDICE

## ÍNDICE

<b>MAPA DE SITUAÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1 - DADOS GERAIS.....</b>	<b>10</b>
1.1 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DAS INVERSÕES DIRETAS .....	11
1.2 - ANÁLISE DO CONTEXTO SOCIAL DA ÁREA DAS INVERSÕES DIRETAS.....	15
<b>1.2.1 - A Realidade Social Local .....</b>	<b>15</b>
<b>1.2.2 - Problemas Centrais Determinantes da Realidade Social Local .....</b>	<b>20</b>
<b>1.2.3 - Prognósticos Para a Área .....</b>	<b>27</b>
<b>2 - OBJETIVOS DO PLANO DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL.....</b>	<b>36</b>
2.1 - OBJETIVOS GERAIS .....	37
2.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	37
<b>3 - METAS.....</b>	<b>41</b>
3.1 - EDUCAÇÃO .....	42
<b>3.1.1 - Matrícula.....</b>	<b>42</b>
<b>3.1.2 - Rede Escolar .....</b>	<b>42</b>
<b>3.1.3 - Assistência ao Educando .....</b>	<b>42</b>
<b>3.1.4 - Qualificação de Pessoal Docente.....</b>	<b>43</b>
<b>3.1.5 - Adequação de Currículos e Atividades de Ensino ao Contexto Local .....</b>	<b>43</b>
3.2 - SAÚDE .....	43
3.3 - SANEAMENTO BÁSICO .....	44
3.4 - HABITAÇÃO POPULAR.....	44
3.5 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS .....	44
3.6 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL E URBANO DAS SEDES DISTRITAIS E LOCALIDADES DA ÁREA .....	45
3.7 - REGIONALIZAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DE REDES DE UNIDADES SOCIAIS .....	47
<b>4 - ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO E OPERAÇÃO.....</b>	<b>48</b>
4.1 - ESTRATÉGIAS GERAIS.....	49

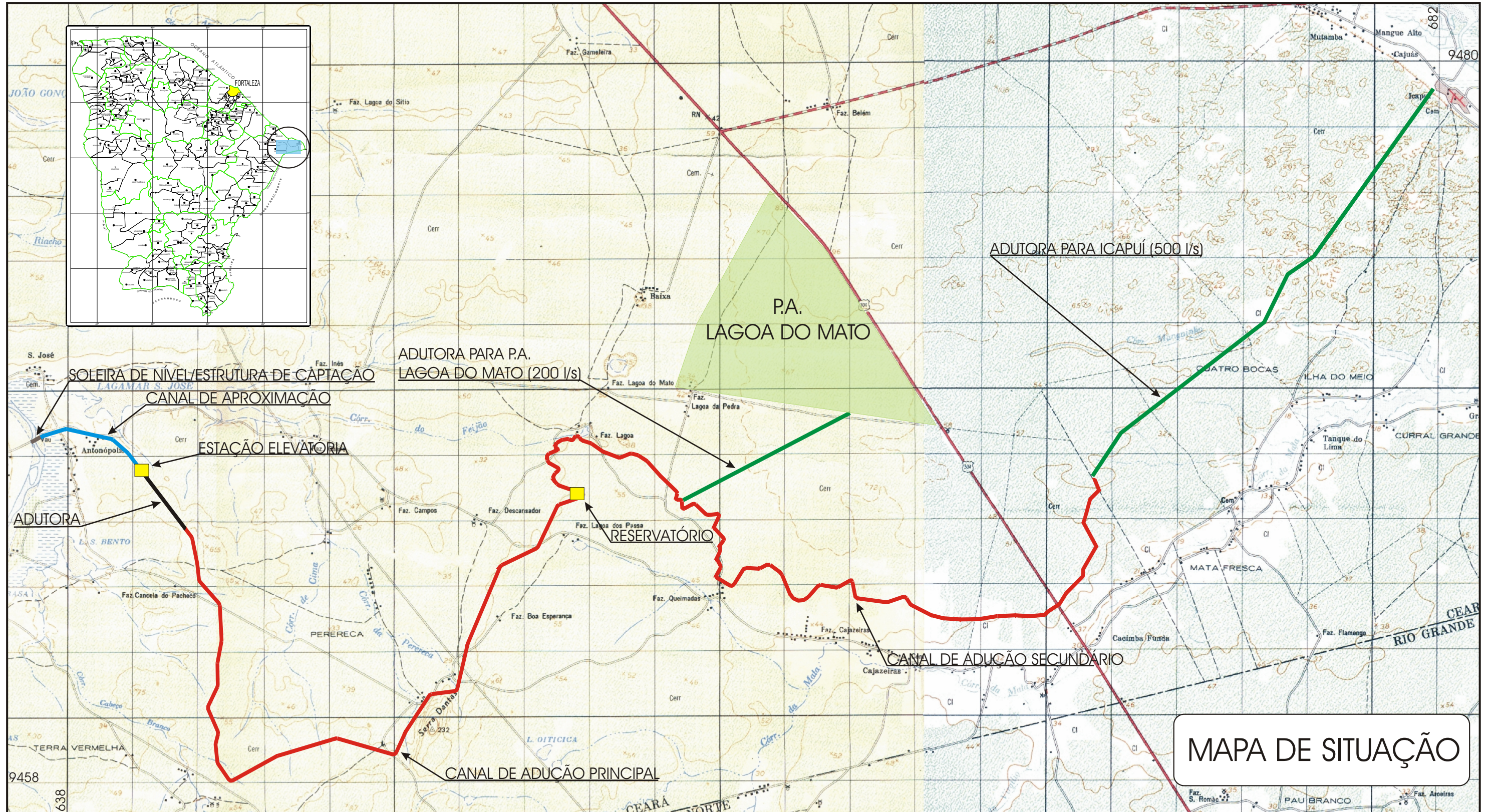


4.2 - CRITÉRIOS DE IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS .....	51
4.3 - MATRIZ INSTITUCIONAL .....	53
<b>5 - INTERFACES E COMPATIBILIDADE COM AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS SOCIAIS PARA A ÁREA .....</b>	<b>54</b>
<b>6 - ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO .....</b>	<b>60</b>
<b>7 - CUSTOS .....</b>	<b>62</b>
7.1 - EDUCAÇÃO .....	63
7.2 - SAÚDE .....	65
7.3 - HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO.....	66
7.4 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS .....	67
7.5 - ORÇAMENTO CONSOLIDADO DOS INVESTIMENTOS .....	68
7.6 - CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO.....	69
7.7 - CUSTOS OPERACIONAIS ANUAIS DE PROGRAMAÇÃO ESPECIAIS NA ÁREA EDUCACIONAL.....	73
<b>8 - CRONOGRAMA.....</b>	<b>75</b>
8.1 - CRONOGRAMA .....	76
8.2 - CRONOGRAMA DE OPERACIONALIZAÇÃO .....	77
8.3 - CRONOGRAMA DE MANUTENÇÃO.....	79



## MAPA DE SITUAÇÃO





MAPA DE SITUAÇÃO





## APRESENTAÇÃO

Os serviços executados pelo Consórcio JPE - AGUASOLOS, no âmbito do contrato Nº 05/PROURB-RH/SRH/CE/98, assinado em 29/1/1998 com a Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (SRH-CE), têm como objeto a **Elaboração dos Estudos de Economia, Meio Ambiente e Sócio-Economia e dos Projetos de Engenharia das Obras de Integração do Eixo Jaguaribe – Icapuí.**

Os estudos desenvolvidos, em atendimento aos Termos de Referência, são constituídos por atividades multidisciplinares que permitem a elaboração de relatórios específicos organizados em Partes, Tomos e Volumes. As partes e tomos que compõem o acervo do Projeto são os apresentados na seqüência:

## **RELATÓRIO SÍNTESE**

### **PARTE I - RELATÓRIO GERAL**

#### **PARTE II - ESTUDOS BÁSICOS**

**Tomo 1 - Avaliação Global dos Potenciais e Perspectivas;**

**Tomo 2 - Diagnóstico Ambiental;**

**Tomo 3 - Estudos Sócio-Econômicos;**

**Tomo 4 - Estudos Climatológicos;**

**Tomo 5 - Estudos Hidrológicos;**

**Tomo 6 – Estudos Pedológicos.**

#### **PARTE III - ESTUDOS DE ALTERNATIVAS**

**Tomo 1 - Alternativas para o Eixo de Integração;**

**Tomo 2 - Estudos de Impactos.**

#### **PARTE IV - DETALHAMENTO DO PROJETO**

**Tomo 1 - Engenharia;**

**Tomo 2 - Meio Ambiente e Sócio-Economia.**

## **PARTE V - OPERAÇÃO DO PROJETO**

**Tomo 1 - Sustentabilidade Técnica;**

**Tomo 2 - Sustentabilidade Financeira;**

**Tomo 3 - Sustentabilidade Administrativa;**

**Tomo 4 - Sustentabilidade Ambiental;**

**Tomo 5 - Sustentabilidade Social.**

O presente relatório se constitui no **Tomo 5 – Sustentabilidade Social**, integrante da **Parte V – Operação do Projeto**.



## 1 - DADOS GERAIS

## 1.1 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DAS INVERSÕES DIRETAS

A área de influência do Eixo é constituída pelo território dos municípios de Aracati, Icapuí e Jaguaruana, cujos contextos sócios-econômicos e ambientais são condicionantes da situação em que vive a população da área das inversões diretas, bem como, das variáveis endógenas que concorrem para o estágio atual do seu desenvolvimento. A área de intervenção representa um corte espacial sub-municipal dos três municípios citados, sofrendo influências diretas de seus respectivos contextos sócio-econômicos e ambientais. É importante, por essa razão, retomar dados dos estudos sócio-econômicos<sup>1</sup>, na medida em que eles expressam condicionantes endógenos de âmbito municipal e local, que caracterizam o cenário social da área do Eixo. Para fins de estudo, a área selecionada para intervenção foi dividida em três trechos: o primeiro (trecho I) correspondente a uma faixa de área dentro do município de Jaguaruana que começa em Antonópolis, à margem do Rio Jaguaribe (perenizado), ponto definido para a captação da água que alimentará o Eixo, descendo na direção sudeste até a região situada à cerca de 2,0 km do povoado Açude João Coelho, seguindo em direção à Serra Dantas, finalizando na Fazenda Boa Esperança; o segundo trecho (trecho II) também situado no município de Jaguaruana, começa às margens do rio Jaguaribe, estendendo-se até a Fazenda Boa Esperança, subindo em direção à Fazenda Lagoa dos Passa, ponto onde faz limite com o trecho III, representando a confluência de todas as alternativas de traçado do sistema adutor analisadas preliminarmente; o terceiro (trecho III) corresponde à área situada desde a Lagoa dos Passa até o mar, concentrando o maior número de propriedades rurais (150 propriedades), correspondendo a cortes espaciais sub-municipais dos municípios de Aracati e Icapuí; o Eixo de Integração projetado segue paralelamente ao Córrego da Mata Fresca até o povoado Tanque do Lima, abrangendo localidades dos citados municípios. O Trecho I é caracterizado por baixa densidade demográfica, habitações rurais dispersas e desertificação; a paisagem é típica de semi-árido, seca e quente, ora agravada pela estiagem que se abateu sobre o Estado do Ceará no ano de 1998. Este trecho está vinculado ao Distrito de São José, pertencente ao Município de

---

<sup>1</sup> Governo do Estado do Ceará/SRH/PROGERIRH- Parte II – Estudos Básicos. Tomo 3 – Estudos Sócio-Econômicos.



Jaguaruana, merecendo destaque apenas os povoados Açude João Coelho e Serra Dantas (Projeto de Assentamento Bela Vista), ambos ocupados por populações de baixas rendas. O trecho possui um total de 83 propriedades, predominando os minifúndios de até 100 ha de área (83,3%) e em menor proporção as médias propriedades (8,3%) e grandes propriedades rurais (8,3%). Neste trecho residem 212 famílias e aproximadamente 806 pessoas, das quais 100% dos homens e 66% das mulheres dedicam-se às atividades agropecuárias e ao extrativismo vegetal. As únicas áreas com densidades populacionais expressivas no trecho I são o Projeto de Assentamento Bela Vista, em Serra Dantas, com 163 famílias assentadas (capacidade para 175 famílias e cerca de 650 pessoas) e a localidade Açude João Coelho com 16 famílias residentes.

O Trecho II tem como característica predominante, sob o ponto de vista espacial, o esparsamento de moradias, a pouca densidade populacional e a ausência de núcleos urbanos estruturados, devido também a existência de significativa área de grandes propriedades rurais (25), não tendo sido detectado na pesquisa direta nenhum minifúndio neste trecho. Esta área estudada em caráter preliminar para o traçado do Canal até a Lagoa dos Passa tem povoamento esparso e baixa densidade demográfica, uma vez que se afasta do rio Jaguaribe, fonte principal de abastecimento d'água e referência indireta de desenvolvimento econômico na Região. Neste trecho, 85,7% das propriedades possuem área superior a 400 ha.

O Trecho III abrange a área situada desde a Lagoa dos Passa até o mar, concentrando o maior número de propriedades rurais da área (150 propriedades), correspondendo a cortes espaciais nos municípios de Aracati e Icapuí. Este trecho compreende dezesseis localidades assim distribuídas: Mata Fresca, Tanque do Lima, Cacimba Funda, Cajazeiras, Fazenda Queimadas (Projeto de Assentamento Campos Verdes), Ilha do Meio, Curral Grande e Quatro Bocas, vinculadas ao distrito Mata Fresca, em Aracati; e Gravier, Ninho da Ema, Guajirú, Córrego do Sal, Bebe Água, Peixe Gordo, Lagoa do Junco e Arrombado, pertencentes ao distrito de Manibu, em Icapuí. Nesta área predominam os minifúndios (64%) localizados perpendicularmente aos córregos existentes na área, como é tradição nordestina de fracionamento dos

lotes, com utilização de suas áreas marginais para o desenvolvimento de pequenas plantações.

Enquanto no trecho II predominam os latifúndios (ele é composto em quase sua totalidade por 02 fazendas, que correspondem a 85,7% da área total deste trecho), nos trechos I e III o modelo se inverte, estando os imóveis latifúndios (mais de 400 ha) cobrindo menos de 10% das propriedades rurais dessas áreas.

Os três trechos foram estudados em toda sua extensão territorial, mediante pesquisa sócio-econômica por amostragem, tendo apresentado no geral condições sociais precárias, desigual distribuição de renda e, conseqüentemente, má qualidade de vida para a maioria da população. A base econômica é, em termos gerais, a agricultura tradicional pouco eficiente e competitiva, com base tecnológica incipiente na maioria das propriedades.

O projeto impacta sobre uma área de vocação eminentemente agropecuária que, entretanto, enfrenta extremas dificuldades relativas ao abastecimento d'água para fins de produção. A área das inversões diretas envolve um universo de 258 (duzentas e cinqüenta e oito) propriedades, nas quais encontram-se instalados cerca de 18 (dezoito) localidades, com aproximadamente 1.170 (hum mil cento e setenta) domicílios e cerca de 5.031 habitantes.

Como parte dos “Estudos de Alternativas” para a adoção da solução a ser implementada, o “Estudo dos Impactos Sociais” forneceu subsídios para uma maior compreensão das transformações decorrentes da intervenção do projeto na área e para uma conseqüente tomada de decisão quanto à seleção da melhor alternativa.

O traçado a ser adotado na implantação do Eixo de Integração atendeu a fatores impostos por contingências naturais, tais como o posicionamento dos pontos de captação e deságüe, por fatores decorrentes de aspectos funcionais, físicos e ambientais, tendo obtido grande relevância a observação dos fatores sociais presentes na área em estudo. O “Estudo de Alternativas” foi apresentado e submetido a um Comitê de lideranças formais do Baixo Jaguaribe e futuros usuários do Eixo. A escolha

da melhor alternativa obteve a maior soma de fatores positivos postos em discussão, ocasião em que as restrições a cada alternativa foram discutidas, obtendo-se o consenso dos participantes sobre a alternativa com maior número de fatores positivos e menor número de restrições. A alternativa selecionada, denominada D2, do ponto de vista dos usuários, obteve o menor número de restrições e teve melhor aceitação. Esta alternativa tem captação em Antonópolis, desce em direção sudeste até uma região situada a cerca de 2 km de Açude João Coelho, segue em direção a Serra Dantas, Fazenda Boa Esperança e culmina na Lagoa dos Passa. A alternativa D2 foi a opção socialmente mais viável e adequada, tendo em vista a repercussão positiva que trará à população beneficiária e à região como um todo, considerados os fatores analisados ao longo do documento Impactos Sociais<sup>2</sup>, de forma integrada e abrangente. Os dados do Quadro 1.1 referem-se aos municípios, distritos e localidades que serão direta e indiretamente impactados pelo Eixo de Integração.

**Quadro 1.1 - Municípios, Distritos e Localidades que serão impactados pelo Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí**

MUNICÍPIOS	DISTRITOS	LOCALIDADES
Aracati	Mata Fresca	Mata Fresca Tanque do Lima Cacimba Funda Cajazeiras Fazenda Queimadas Ilha do Meio Curral Grande Quatro Bocas
Icapuí	Manibú	Gravier Ninho da Ema Guajirú Córrego do sal Bébe Água Peixe Gordo Lagoa do Junco Arrombado
Jaguaruana	São José	Antonópolis Açude João Coelho Serra Dantas

Fonte: Pesquisa Direta, 1998

<sup>2</sup> Parte III-Estudo de Alternativas-Tomo 2-Estudos de Impactos-Vol I Impactos Sociais.

## 1.2 - ANÁLISE DO CONTEXTO SOCIAL DA ÁREA DAS INVERSÕES DIRETAS

### 1.2.1 - A Realidade Social Local

De um modo geral, a área do Projeto tem característica 100% rural, é composta de famílias, em sua maioria, de hábitos simples, de baixo poder aquisitivo, divididas em assalariados contratados pelas grandes propriedades rurais e por pequenos e médios produtores voltados para atividades agrícolas.

A área de influência do projeto totaliza 105.361 habitantes, representando 1,47% da população estadual. A área das inversões diretas soma 5.031 habitantes, correspondendo a 4,77% da população da área de influência.

A população residente está mais concentrada no trecho III na região que vai da Lagoa dos Passos até o litoral, especialmente ao longo do Córrego da Mata Fresca, o qual tem seu leito seco totalmente ocupado por lavouras e criações mantidas por pequenos proprietários. A população da área das inversões diretas é composta majoritariamente de trabalhadores rurais, com lares chefiados em expressiva maioria por homens (87,7%) e com média familiar de 4,3, componentes. Devido às dificuldades frente a captação de água para irrigação e à falta de subsídios que estimulem o setor agrícola junto ao pequeno produtor, tem havido um certo deslocamento, em termos gerais nos municípios em estudo, do setor primário (rural) para os setores secundário e terciário (comércio e indústria) nas últimas duas décadas. Entretanto, ainda é expressivo, na área do Projeto, o número de pessoas diretamente envolvidas com agricultura: nas áreas dos trechos I e II, são cerca de 80,3% dos homens e 39,13% das mulheres; em Jaguaruana, 58% da força de trabalho feminina e 80% da masculina têm no setor agrícola sua vocação produtiva e sustento. Em Icapuí a proporção é de 65,15% de homens e 30,77% de mulheres engajados em atividades agrícolas. Entre as mulheres da área, o percentual relativo a trabalhos de prestação de serviços (incluindo-se artesanato) é expressivo (cerca de 52%).

Nos 3 trechos estudados, a agricultura é a ocupação que aparece com maior frequência enquanto vocação econômica entre os habitantes, estando, entretanto, representada por culturas de subsistência nos minifúndios e produção massiva de produtos da fruticultura, voltados para o mercado nacional e internacional nas grandes propriedades e empresas rurais.

A economia local é apoiada na maioria das propriedades na policultura alimentar, no extrativismo vegetal (castanha de caju, coco da Bahia, carnaúba (cera e fibra), lenha, madeira e carvão vegetal) e na criação pecuária, havendo no momento escassas oportunidades de geração de emprego e renda para a população, devido em parte à seca que assola o Estado como um todo. A maioria dos moradores contatados ressentem-se com a dificuldade de captação de água, seja em rio, poço ou cacimba, para fins de irrigação. O rio Jaguaribe apresenta-se como a principal fonte de obtenção de água para irrigação, sendo essa prática inviabilizada nas áreas distantes do seu leito.

A não existência de soluções hídricas planejadas que permitam uma distribuição mais equânime desse recurso natural, provoca uma concentração de populações ao longo do rio Jaguaribe, ao mesmo tempo em que apresenta áreas de baixa ou nenhuma densidade populacional quando afastada, especialmente nos trechos em que predominam os latifúndios, voltando a se adensar à medida que se aproxima do litoral.

Na região do litoral, observa-se uma certa diversificação nas atividades produtivas, sobretudo a inserção do artesanato local (renda, labirinto, bordados) e de pequenos comércios no ramo de varejo. A base produtiva e econômica da área das inversões diretas, nos três trechos pesquisados, estrutura-se, portanto, em função dos seguintes sub-sistemas: policultura alimentar, destacando-se as culturas de feijão, milho, mandioca, arroz, tomate, pimentão, cana-de-açúcar e fruticultura; nas culturas irrigadas: o melão, a acerola, a manga e a uva; exploração pecuária; extrativismo vegetal (especialmente castanha de caju, carnaúba e coco); pesca, artesanato e comércio de pequeno porte.

A má distribuição da renda é uma característica marcante das desigualdades sociais na área: a renda modal dos chefes de domicílio, de acordo com os “Estudos Sócio-Econômicos”, fica entre menos de 1/2 a 1 salário mínimo<sup>3</sup>.

No que se refere à Educação, observa-se altas taxas de analfabetismo nos trechos I e II (49.25%), percentual superior ao observado para os municípios da área de influência e para o Estado; no trecho III a taxa de analfabetismo é menor, em torno de 31,51%, levando-se em conta ao que se observa para os trechos I e II e para os municípios da área de influência do projeto.

A participação em treinamentos profissionais é incipiente em toda a região pesquisada. Apenas 14% dos entrevistados haviam recebido algum tipo de capacitação para o trabalho. Em outras palavras, 86% dos entrevistados nunca haviam tido nenhuma oportunidade de se capacitar para o trabalho; tal realidade é fatal para a melhoria do processo produtivo, notadamente na agropecuária e no extrativismo vegetal, atividades dominantes na área em estudo. Na maioria esmagadora dos casos, a aprendizagem de um trabalho ou tarefa se processa em serviço, com base em transmissão oral e assistemática de práticas tradicionais, hoje desatualizadas. Este fato é fortemente impactante nos processos produtivos, na produtividade, na qualidade dos produtos e no nível de remuneração dos assalariados. Quando associada aos baixos níveis de instrução dos trabalhadores, a falta de qualificação para o trabalho contribui para a permanência do círculo vicioso de pobreza e exclusão social.

Quanto aos serviços de Saúde, a ocorrência sistemática de doenças imunopreveníveis ou relacionadas à falta de infra-estrutura básica (água potável e saneamento), bem como a carência de serviços de prevenção e de assistência básica (médico-odontológica), figuram entre os indicadores mais contundentes. Em toda a área inserida nos 3 municípios, observa-se a existência de apenas 5 unidades ambulatoriais de saúde (quatro no trecho III e um no trecho I, em Serra Dantas) e 2 farmácias. Os indicadores de saúde apontam o aparecimento freqüente de doenças de

---

<sup>3</sup> 1 salário mínimo na data da pesquisa correspondia a R\$ 130,00.

veiculação hídrica e outras imunopreveníveis causadas sobretudo pela desnutrição e subnutrição. Esses fatores, associados à falta de atendimento médico-odontológico sistemático e à total ausência de um sistema de saneamento local, confirmam um quadro de morbi-mortalidade preocupante. Entre os problemas mais comuns, destacam-se a desnutrição, desidratação (fraqueza), diarreias, verminoses, gripes/resfriados, a pediculose e a cárie, evidenciando a baixa qualidade das condições disponíveis, inclusive relativas à higiene.

A situação referente ao Saneamento Básico é preocupante como fator que impacta nas condições de saúde da população; 100% dos domicílios da área pesquisada não se conectam à redes de água e esgoto; entretanto, uma grande proporção de domicílios da área possui instalações de fossas e privadas, uma solução simplificada considerada tecnicamente adequada para zonas rurais. Quase todas as famílias utilizam-se de cacimbas, poços ou chafarizes públicos para a obtenção de água, não havendo controle sanitário do seu transporte para o domicílio. A coleta domiciliar de lixo é inexpressiva, sendo utilizada como solução mais comum a incineração de resíduos sólidos em áreas abertas e quintais. Observa-se no perfil epidemiológico do trecho estudado, a persistência de doenças que podem ser reduzidas com ações de saneamento, o que ratifica a concepção destas como sendo, fundamentalmente, ações de saúde pública, devendo ocorrer *pari passu* com a política desse setor e do meio-ambiente.

A questão habitacional aparece de forma destacada entre as situações problemáticas da área das inversões diretas: cerca de 50% das moradias edificadas neste trecho são de tijolo/telha e 50% em taipa/ palha, isto é, a metade das famílias vive em condições precárias de habitabilidade. A insalubridade dos domicílios contribui fortemente para as más condições de vida das famílias.

O núcleo familiar na área estudada envolve uma série de fatores que reproduzem o modelo tradicional (patriarcal) de família nordestina, com um número médio de 4,3 componentes por casa; a maioria das habitações têm de 4 a 5 cômodos. Algumas famílias habitam em casas cedidas por proprietários de latifúndios, na

qualidade de “moradores”, outros constróem o seu próprio abrigo, dos quais, grande parte feitos de taipa e palha, razão porque o consideram sua “propriedade”.

Constata-se ainda a inexistência de equipamentos socioculturais em toda a área de abrangências ( clubes, quadras, bibliotecas, salões comunitários, etc.). É igualmente observada a dificuldade de acesso a serviços coletivos tais como transportes de massa e bancos, sendo de difícil captação a transmissão de rádios e TV. Por outro lado, é forte o sentimento religioso nas 3 regiões.

Face à inexistência de equipamentos sociais específicos na área, que propiciem uma maior socialização entre os habitantes e reforcem os laços de vizinhança, o que se observa é um débil relacionamento vicinal e a pouca tradição cultural, traduzida em festas e eventos temáticos, estando esses aspectos referenciados a partir da sede municipal de cada município envolvido.

A cobertura e eficiência quanto a estradas, telefonia e comércio é satisfatória na área de influência como um todo. Quanto à energia elétrica, Aracati e Icapuí, apresentam um consumo total de energia elétrica (MWh) maior que Jaguaruana. Entretanto, nos três municípios é baixo o número de consumidores rurais, inclusive na área das inversões diretas.

Segundo o levantamento direto realizado nos trechos pesquisados “merece registro a inexistência de bancos e feiras livres, numa área em que a agricultura é atividade primordial, o que sugere uma reduzida dinâmica de trocas e a não formação de núcleos urbanos, definidos e estruturados, capazes de garantir a auto-sustentabilidade na área” (Tomo 3 – Estudos Sócio-Econômicos – p114).

É importante que as medidas e projetos para a sustentabilidade social, priorizem a área onde se realizará a intervenção, concentrando ações específicas em alguns trechos onde a miséria, indica um modelo de vida e de relações extremamente primitivo, observados sobretudo nos trechos que serão diretamente beneficiados com o traçado do canal (Alternativa D2).



Os dados do Quadro 1.2 expressam a realidade sócio-econômica da área de influência e da área das inversões diretas, mediante alguns indicadores selecionados.

### **1.2.2 - Problemas Centrais Determinantes da Realidade Social Local**

- Escassez e limitação de água:

A água é essencial à sobrevivência dos seres vivos, sendo escassa e limitada em nosso Estado. Dessa escassez resultam grandes problemas para a sobrevivência de populações, animais e vegetais em todo o Ceará, notadamente nas zonas rurais.

O território do Estado do Ceará está mais de 90% inserido na região-problema do País, o semi-árido nordestino, com os seus condicionantes climáticos e hidrológicos, caracterizados pela irregularidade das chuvas no espaço e no tempo, período chuvoso entre três a cinco meses do ano e rios intermitentes, sofrendo também com mais intensidade os rigores das estiagens prolongadas. A freqüente irregularidade de chuvas aliada à concentração de precipitações significativas em curto período do ano e à impermeabilidade dos solos cearenses, faz com que os cursos d'água apresentem problemas bem conhecidos dos cearenses: cheias violentas, seguidas de intervalos de águas baixas, que vão diminuindo até seus leitos ficarem secos em grande parte do seu curso. Para conviver com essa problemática adversa, os habitantes do semi-árido cearense lançam mão de diversas alternativas: perfuram poços e cacimbas, constróem cisternas, constróem açudes ou utilizam fontes naturais como rios, riachos e lagoas, quando existem. A utilização intensiva das fontes naturais tem gerado problemas ambientais graves como a poluição dessas fontes, a destruição das matas ciliares que provocam o assoreamento dos cursos d'água, ou simplesmente a ocupação do leito seco das fontes naturais com aterramentos criminosos ou atividades produtivas, agravando o problema ambiental e a escassez de água na região. A construção de poços e cacimbas tem se mostrado pouco favorável devido a qualidade da água obtida ou à baixa vazão.

As áreas de influência e de inversões diretas do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí apresentam similar problemática quanto à escassez de água. A água subterrânea tem uma melhor qualidade e vazão somente nos trechos correspondentes aos municípios de Aracati e Icapuí. Não há na área nenhum açude ou barragem de importância quanto a volume d'água armazenada e as lagoas e córregos apresentam seus leitos secos, geralmente utilizados para pequenas plantações. As populações ribeirinhas no trecho correspondente ao município de Jaguaruana, bem como as propriedades e grandes empresas rurais instaladas nesse município, utilizam-se das águas do Rio Jaguaribe, hoje perenizado; Nos trechos I e II, mais próximos do rio, 58,3% das propriedades têm área irrigada em seus domínios; essa proporção se reduz para 28,9% no trecho III, utilizando-se a alternativa de cacimba. A pesquisa procurou saber em todo os trechos pesquisados o motivo pelo qual uma parcela significativa de proprietários não irrigava suas terras e as respostas mais freqüentes foram a escassez de água e as dificuldades financeiras e técnicas para bombear a água do rio, poço ou cacimba para fins de irrigação.

No contexto das dificuldades hídricas locais, importância especial cabe à perenização do Rio Jaguaribe, havendo suprimento hídrico para essa Bacia o ano todo, programado e controlado pelo gerenciamento participativo dos usuários, da COGERH, e das Prefeituras Municipais, com água suprida pelos açudes Orós e Banabuiú, o que representa um avanço na proteção e no uso racional desse rio em nosso Estado. Entretanto, à medida que se afastam do rio as áreas apresentam muito aridez e o problema crucial para os produtores passa ser a escassez de água.

**Quadro 1.2 - Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí - Área de Influência e Área das Inversões Diretas – Indicadores Selecionados- 1995/1996/1997/1998**

Indicador	Ceará (1)	Área de influência (1)				Área das inversões diretas (2)			
		Aracati	Icapuí	Jaguaruana	Total	Trecho I	Trecho II	Trecho III	Total
<b>A – População</b>									
Total (1998)	7.164.643	59.461	16.507	29.393	105.361	806	800	3.425	5.031
Variação 80/91(%)	1,70	1,75	2,02	0,37	-	-	-	-	-
% pop. Rurais/total (1998)	34,63	39,33	69,84	55,58	54,91	100	100	100	100
Média de moradores por domicílio	4,41	4,46	4,43	4,32	4,40	3,8	4,3	4,7	4,3

**Quadro 1.2 - Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí - Área de Influência e Área das Inversões Diretas – Indicadores Selecionados- 1995/1996/1997/1998**

Indicador	Ceará (1)	Área de influência (1)				Área das inversões diretas (2)			
		Aracati	Icapuí	Jaguaruana	Total	Trecho I	Trecho II	Trecho III	Total
Densidade demográfica(Hab/km²)	48,95	46,59	38,44	39,37	41,46				
<b>B - Educação</b>									
Taxa de analfabetismo	37,4	43,6	47,3	48,4	46,4	49,25	31,51	40,38	
Mat. Ens.Fund.(1996)	1.425.994	13.159	4.128	6.121	23.408	148	649	797	
Mat. Ens. Médio(1996)	152.360	1.538	301	582	2.421	0,0	0,0	0,0	
Adolesc.7 a 14 anos fora da escola(%)	21,7	25,0	14,4	10,4	16,6	1,23	0,0	1,23	
Nº Escolas	16.741	97	32	67	196	2	1	8	11
<b>C - Saúde</b>									
Tx. Mortalidade infantil (1997)		22,0	16,1	43,7	27,26	-	-	-	-
Doenças mais comuns (%)	Endêmicas Veiculação Hídrica Imuno-previníveis D.Sexualmente transmissíveis	Hanseníase Tuberculose Dengue Imuno-previníveis	Tuberculose Dengue D.Sexualmente transmissíveis Imuno-previníveis	Hanseníase Tuberculose Imuno-previníveis	Hanseníase Tuberculose Dengue D.Sexualmente transmissíveis Imuno-previníveis	Diarréias Desnutrição Fraqueza Verminoses Cáries Dentárias Imuno-previníveis	Diarréias Desnutrição Fraqueza Verminoses Cáries Dentárias Resfriados Imuno-previníveis	Diarréias Desnutrição Fraqueza Verminoses Cáries Dentárias Resfriados Imuno-previníveis	Diarréias Desnutrição Fraqueza Verminoses Cáries Dentárias Resfriados Imuno-previníveis
Nº Unid. Ambulatoriais de Saúde	2.063	17	5	11	33	01	-	04	05
<b>D - Infra-estrutura Física Abastecimento d'água</b>									
% domicílios ligados à rede geral (1996)	36,40	23,8	8,9	15,98	16,22	0,0	0,0	0,0	0,0
% domicílios com instalações sanitárias adequadas	19,91	12,26	0,17	0,24	4,22	70,9	71,4	60,0	67,4
% domicílios c/ lixo coletado	42,8	39,87	15,72	32,94	29,51	0,0	19,6	0,0	6,9
<b>E - Sistema de Eletrificação</b>									
Consumo Total(MWh)	4.027.460	28.661	18.768	14.430	61.859	-	-	-	-
Nº Consumidores Rurais	59.264	250	35	562	847	18	3	43	64
% Propriedades atendidas	-	-	-	-	-	21,68	12,00	28,66	20,78
<b>F - Indicadores Econômicos</b>									
- Renda Dos Chefes de Domicílio	60,63% até 1 SM	68,66% até 1 SM	56,72% até 1 SM	71,60% até 1 SM	65,66% até 1 SM	45,9% <1 SM	28,6% <1 SM	8,9% <1 SM	22,3% <1 SM
- Índice de Gini (1995)	0,6474	0,5477	0,5193	0,5055					
Nº de Imóveis Rurais	196.401	1.923	671	2.604	5.198	83	25	150	258
Nº Estabelecimentos do setor secundário (1991)	11.167	36	3	112	151	-	-	-	-

**Quadro 1.2 - Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí - Área de Influência e Área das Inversões Diretas – Indicadores Selecionados- 1995/1996/1997/1998**

Indicador	Ceará (1)	Área de influência (1)				Área das inversões diretas (2)			
		Aracati	Icapuí	Jaguaruana	Total	Trecho I	Trecho II	Trecho III	Total
Nº Estabelecimentos do setor terciário	87.350	589	178	220	987	-	-	-	-
<b>G - Estrutura fundiária</b>									
Nº Propriedades rurais segundo a área-Total						83	25	150	258
- Nº Minifúndios	139.497	1.442-	593-	2.291-	4.326-	69	0,0	96 (64,00%)	165
- Área total	2.618.575	75,50%	88,50%	88,32%	83,56%	(83,00%)	-	-	(64,00%)
		19.332-	8.242-	33.223-	60.797-				
		12,17%	25,82%	23,46%	18,30%				
- Latifúndio por exploração	46.243	423 -	72 -	189 - 7,28%	684 -	12	23	49	84
- Área Total (ha)	9.015.648	22,15%	10,75%	82.463 -	13,21%	(15,00%)	(92,00%)	(33,00%)	(32,50%)
		117.825 -	11.403 -	58,23%	211.691-				
		74,20%	35,72%		63,72%				
- Empresa rural	10.375	42 -	5 - 0,75%	114 - 4,40%	161 -	2	2	5	9
- Área Total (ha)	2.587.627	2,19%	12,272 -	25,945 -	3,10%	( 2,00%)	(8,00%)	( 3,00%)	(3,50%)
		21.510 -	38,44%	18,31%	59.727 -				
		13,54%			17,97%				
<b>H - Associativismo</b>									
Nº de Associações Comunitárias e Federações	2.964	53	02	14	69	1	-	8	9
Nº de cooperativas e grupos de produção	256	4	1	-	5	-	-	2	2
ONG's	-	9	2	2	13	-	-	-	-
Sindicatos	147	2	-	-	2	-	-	1	1
<b>I - Principais Lavouras segundo área colhida (ha)</b>									
Caju		29.000	20.000	1.000	50.000	-	75,0	7.176,14	7.251,14
Coco da Bahia		4.500	4.900	-	9.400	-	4,0	1,0	5,0
Mandioca (raiz)		2.000	300	30	2.330	-	-	-	-
Fruticultura		55	05	1.157	1.217	136,3	312,0	163,5	611,8
Milho (grão)		1.500	300	1.800	3.600	198,2	11,0	11,0	220,2
Feijão (grão)		2.000	500	2.100	4.600	141,0	7,0	7,0	155,0
Algodão Herbáceo		200	-	1.800	2.000	161,5	3,0	3,0	167,5
Arroz em casca		-	-	800	800	-	-	-	-
Cana -de -Açúcar		25	30	-	55	-	-	-	-
<b>J - Extrativismo Vegetal (t)</b>									
Lenha (m³)		124.110	17.497	17.385	158.992	100	216	-	316
Madeira em tora (m)		3.247	-	-	3.247	300	20.000	5.000	25.300
Carnaúba (cera) kg		96	-	87	183	-	1.000	17.500	18.500
Carnaúba (fibra)		100	-	112	212	-	-	34.500	34.500
Carvão vegetal		27	-	11	38	-	-	-	-
Oiticica (semente)		-	-	44	44	-	-	-	-
Mel de abelha (L)						10	30	-	40

Fonte: Governo do Estado do Ceará/SRH/PROGERIRH. Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí. Parte II- Estudos Básicos, Tomo 3- Estudos Sócio-Econômicos. Fortaleza, 1998.

(1) Estimativas da Equipe (2) Dados de 1998 – Pesquisa Direta (3) Nº. de Propriedades Rurais

- Estrutura fundiária:

A estrutura fundiária existente na área será um grande entrave para a sustentabilidade social do Projeto. Há evidências claras de concentração fundiária na área de influência e na área do Projeto. De acordo com os Estudos Sócio - Econômicos 75,5%, 88,5% e 88,32% das propriedades em Aracati, Icapuí e Jaguaruana são minifúndios ocupando uma área de 12,17%, 25,82% e 23,46% da área total das propriedades rurais, respectivamente. Em contraste, os latifúndios por exploração têm uma proporção menor em relação ao número total de propriedades rurais: 22,15% em Aracati, 10,75% em Icapuí e 7,28% em Jaguaruana, mas detêm, respectivamente, 74,20%, 35,72% e 58,23% da área total dos imóveis rurais. A concentração de terras também é significativa nas empresas rurais, com número de empresas que correspondem a 2,19% em Aracati, 0,75% em Icapuí e 4,4% em Jaguaruana, para uma percentual de área de 13,54%,38,44% e 18,31% respectivamente.

Parte dos minifundiários admitiram que seus imóveis rurais não lhes permitem um nível de sustento satisfatório para si e suas famílias. Entre outras razões pelas limitações fundiárias, baixo nível de instrução, tipo de agricultura praticada pela maioria, reduzido poder aquisitivo e conseqüente indisponibilidade de capital para investimento na modernização da atividade. Por outro lado, há uma concentração de grandes áreas nas mãos de poucos proprietários. A concentração de terras nas mãos de poucos leva à uma especialização extrema da atividade produtiva segundo o tamanho da terra. Enquanto os latifúndios produzem para a exportação com tecnologia moderna e irrigação, os minifúndios dedicam-se predominantemente à agricultura de subsistência, com pouco uso de tecnologia e insumos modernos.

Comparando-se os dados sobre o tamanho das propriedades e a sua utilização, verifica-se que há uma desigualdade também nesse aspecto. Enquanto as áreas dos minifúndios são utilizadas até à exaustão, os latifúndios têm grandes áreas sub-utilizadas. Além desses aspectos, a situação dos minifúndios se torna mais grave pela excessiva fragmentação das propriedades.

Na área das inversões diretas a concentração de terras parece ser maior. Cerca de 65,5% das propriedades nos trechos I e II e 64,4% no trecho III são minifúndios que concentram apenas 6,14% e 4,24% da área total das propriedades, respectivamente.

- Base tecnológica incipiente na maioria das propriedades:

A base tecnológica apresenta os seguintes problemas: 1. Domínio exclusivo do conhecimento tecnológico pelas grandes empresas rurais; 2. Pouco uso e baixa difusão do conhecimento tecnológico e insumos modernos entre os pequenos e médios produtores rurais; 3. Carência de recursos humanos capacitados na produção; 4. Falta de assistência técnica e extensão rural a 71,05% dos produtores locais; a assistência técnica, se existisse para todos, poderia dar ênfase para a transferência e utilização adequada de novas tecnologias; 5. Ausência de pesquisas voltadas para a otimização dos recursos físicos e naturais (principalmente solos e água), para o aumento da produtividade das lavouras e melhoria genética dos rebanhos.

- Baixos níveis de renda e de instrução da população em geral e dos produtores em particular

A proporção de pobres e excluídos é elevada na área das inversões diretas. As baixas rendas oriundas do trabalho assalariado ou do trabalho autônomo de pequenos produtores revelam uma das facetas das desigualdades sociais. Na área pesquisada, os moradores em situação de indigência (até 1 salário mínimo de renda mensal) representam 39,24% da população total; entre 1 e 2 salários mínimos mensais a proporção é de 21,54% de moradores; de 2 a 4 salários mínimos a proporção reduz-se para 19,24%; acima de 4 salários mínimos concentram-se 12,32% dos entrevistados. Vale ressaltar que apenas 3,85% dos indivíduos têm renda mensal superior a 10 salários mínimos.

Entre os proprietários de imóveis rurais a proporção de indigentes é de 45,9% do trecho I, 28,6% do trecho II e 8,9% do trecho III. Em todo o seu contexto, a área abriga 22,36% de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza e em situação de completa indigência. Na amostra aleatória dos proprietários, posseiros e meeiros estão na faixa de baixas rendas, isto é, entre 1 a menos 2 salários mínimos, 20,8% dos entrevistados nos trechos I, nenhum no trecho II e 44,4% dos proprietários do trecho III. Entre 2 e a menos de 5 salários mínimos a proporção dos entrevistados é de 20,8% no trecho I, 14,3% no trecho II e 31,0% do trecho III; na faixa de renda acima de 5 salários mínimos a proporção reduz-se, alcançando apenas 12,5% dos proprietários entrevistadas no trecho I; eleva-se significativamente para 57,0 no trecho II e no trecho III o percentual cai para 15,5%; Vale destacar que é minoritária a parcela de proprietários da amostra pesquisada que auferem rendas superiores a 10 salários mínimos mensais. Os proprietários com renda mensal acima de 10 salários mínimos estão nas seguintes proporções segundo o trecho: 8,3% no trecho I, 28,6% no trecho II e 6,6% no trecho III.

A pesquisa sobre a renda mensal dos proprietários revelou que há proprietários em situação de indigência. Deve-se ressaltar que 1/3 dos minifundiários do trecho I declararam que o tamanho da propriedade não é suficiente para o sustento da família; não há minifundiários do trecho II e, no trecho III, parte dos minifundiários afirmaram que o tamanho da propriedade não é suficiente para o sustento da família; esta revelação leva a seguinte conclusão: a pequena propriedade não é capaz de prover o sustento da família com produtos para a sua sobrevivência e não gera renda compatível com a necessidade de sobrevivência digna do produtor e sua família.

As pesquisas locais confirmam a assertiva de que o nível de remuneração do trabalhador é uma função crescente ou diretamente proporcional ao seu grau de instrução. Observa-se que em toda a área é baixo o grau de escolaridade alcançado pela população, predominando aqueles apenas alfabetizados(primeiras letras) e 1º grau incompleto( séries iniciais).

Os serviços educacionais são deficientes, ocasionando, entre outros, expressivos percentuais de alunos fora da série adequada e analfabetismo entre jovens e adultos, baixa qualificação da população para o trabalho, inclusive registrando-se a ausência de adultos acima de 31 anos em contextos educacionais, caracterizando uma população sem maiores alternativas de prosseguimento de estudos e obtenção de melhores níveis de instrução, bem como impossibilitada de receber formação e qualificação que propiciem acesso ao Mercado de Trabalho de forma mais profissional. Esta constatação também impacta diretamente na dificuldade de sustentabilidade sócio-econômica da Região.

A área das inversões diretas contém todos os sinais típicos de pobreza e atraso cultural: analfabetismo, baixos níveis de instrução, pouca qualificação profissional da força de trabalho, falta de acesso a bens e serviços culturais, doença, fome, habitações precárias, falta de saneamento básico, desemprego e baixas rendas. Esse quadro de pobreza atinge a maioria da população local.

### **1.2.3 - Prognósticos Para a Área**

O estudo de impactos sociais<sup>4</sup> buscou antecipar possíveis desdobramentos da realidade social da área com e sem o projeto, isto é, a trajetória esperada na ausência da intervenção proposta pelo PROGERIRH e as configurações futuras do desenvolvimento local segundo algumas alternativas de intervenção consideradas.

O cenário social presente<sup>5</sup> é marcado por grandes desigualdades, tanto no nível de renda, como no tamanho, posse e uso da terra, bem como na reduzida participação da maioria das famílias no processo de desenvolvimento sócio-econômico local.

O cenário tendencial é social e economicamente insustentável, estando contaminado por fatores característicos do atraso e da miséria crônica: apatia cultural e

---

<sup>4</sup> Parte III- Estudo de Alternativas-Tomo 2-Estudo de Impactos-Volume 1- Impactos Sociais.



social; falta de empreendimentos e de investimentos produtivos; reduzida capacidade de auto-sustentação; crescente deterioração do padrão de vida e aumento da exclusão social; concentração fundiária; contaminação dos mananciais hídricos existentes; persistência de altos índices de mortalidade infantil e materna; êxodo populacional campo-cidade; fracos vínculos vicinais e comunitários.

O cenário futuro, com a implantação do Eixo, pressupõe dinamismo cultural, nova consciência ecológica, incorporação de novos processos e novos produtos no sistema, queda dos índices de mortalidade e de analfabetismo, diversificação nas demandas propiciando maiores oportunidades de investimentos, expansão da produção de alimentos para consumo e comercialização, maior aproveitamento das potencialidades humanas e sociais, repercussões sociais, especialmente no trabalho, informação que entra no sistema de produção não só como insumo mas também como produto, ampliação do acesso a serviços e equipamentos, água potável e acessível para todos os tipos de uso, fortalecimento das relações familiares, vicinais e comunitárias, ampliação das alternativas econômicas setores secundário e terciário, melhoria habitacional/investimento em infra-estrutura, novos padrões de consumo.

Os fatores determinantes para a conquista de avanços na qualidade de vida e sustentabilidade social têm origem nas seguintes mudanças da realidade estudada:

- mudança sócio-econômica, orientada para a redução das desigualdades sociais, incluindo maior oferta de empregos produtivos, melhor e mais justa distribuição de renda, capacitação de recursos humanos, transformação dos processos produtivos e da produção e equidade no acesso a bens e serviços sociais para toda a população residente na área;
- mudança tecnológica, orientada para a aplicação de novas tecnologias voltadas para a qualidade da produção e o aumento de produtividade por ha plantado, possibilitando maior competitividade dos produtos locais em relação aos mercados atuais e novos mercados, bem como a conservação dos

---

<sup>5</sup> Vide estudo de cenários na Parte III, Tomo 2, Volume 1- Impactos Sociais.

recursos naturais e a potencialização do uso da água disponibilizada aos usuários;

- mudança político-institucional, orientada para a consecução de um modelo de gestão participativa e integrada de desenvolvimento local sustentável, pautado na construção de parcerias locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

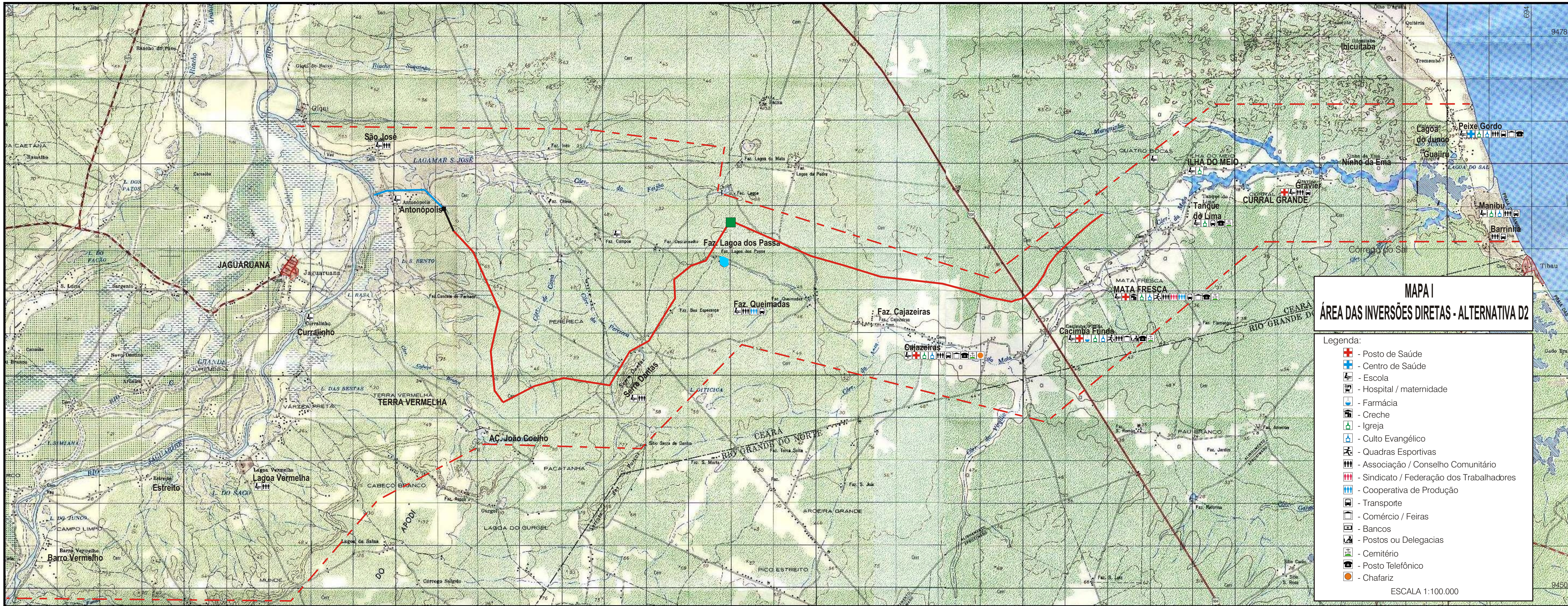
Do estudo de impactos e da definição dos cenários tendencial e futuro focalizar-se-á neste plano, exclusivamente, a alternativa D2 selecionada para a intervenção na área ([Mapa I](#)).

O Quadro 1.3 apresenta os impactos sociais decorrentes da implantação da alternativa D2 do traçado do Eixo. Ressalte-se que os impactos sociais podem ser positivos ou negativos; entretanto, dada a grande carência social e a problemática de acesso à água na área estudada, o prognóstico é que os impactos sociais nesse caso serão todos positivos.

**Quadro 1.3 – Impactos Sociais Decorrentes da Implantação da Alternativa D2 do Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí**

GERAIS	ESPECÍFICOS
<p>Melhoria da qualidade de vida das populações, com repercussões na Região, democratizando a água, otimizando os recursos empregados no investimento público e garantindo o necessário desenvolvimento auto-sustentado da Região.</p> <p>Trecho com maior nº de proprietários rurais e suas famílias dedicados à agropecuária e altamente receptivos ao Eixo de Integração, indicando impactos sociais positivos á intervenção.</p>	<p>-Político: organização comunitária planejada e conseqüente; participação dos usuários na implementação do Projeto.</p> <p>-Econômico: Fortalecimento das atividades econômicas existentes e criação de novas; aumento da competitividade; disponibilidade e acessibilidade da água. ampliação da oferta de emprego e melhoria da renda individual e familiar.</p> <p>-Social: maior receptividade à capacitação / Qualificação para o Trabalho; acesso à saúde, à educação, à moradia, à cidadania.</p>





**MAPA I**  
**ÁREA DAS INVERSÕES DIRETAS - ALTERNATIVA D2**

Legenda:

- Posto de Saúde
- Centro de Saúde
- Escola
- Hospital / maternidade
- Farmácia
- Creche
- Igreja
- Culto Evangélico
- Quadras Esportivas
- Associação / Conselho Comunitário
- Sindicato / Federação dos Trabalhadores
- Cooperativa de Produção
- Transporte
- Comércio / Feiras
- Bancos
- Postos ou Delegacias
- Cemitério
- Posto Telefônico
- Chafariz

ESCALA 1:100.000



Esses estudos vieram de forma contundente conferir legitimidade à intervenção, prognosticando uma tendência à preponderância de impactos positivos do ponto de vista social.

A partir dos quadros apresentados ao longo do Volume I – Impactos Sociais(Op.Cit.), dos cenários existentes e projetados e, em especial do quadro de estudo comparativo/analítico – com base no check list utilizado, pode-se afirmar:

“É imprescindível a visão de totalidade em relação aos diferentes aspectos da realidade considerada e, principalmente, é fundamental destacar a dimensão humana no processo de transformação da área impactada pelo Eixo de Integração, contextualizando-a, a fim de que ela seja reconhecida como o elemento-chave do desenvolvimento sustentável, calcado em uma maior justiça social e no exercício de uma cidadania plena”.

A situação constatada a partir dos Estudos Sócio-Econômicos e dos Impactos Sociais aponta algumas ações e estratégias que assegurarão às populações residentes na área em estudo, condições de melhoria no seu cotidiano com o aproveitamento do potencial humano e material existente, notadamente nas áreas de educação básica, educação social, capacitação para o trabalho, cultura, esporte, lazer, saúde, saneamento, emprego/renda e recursos hídricos.

Trata-se de fortalecer a capacidade local de disponibilizar os serviços básicos, reestudar a questão fundiária, a implantação de programas de assistência técnica,, elevando as oportunidades sociais com a ajuda e parceria dos governos federal e estadual e da sociedade, de forma a alcançar a toda a população, aumentando o seu impacto como fator de melhoria de qualidade de vida e redistribuição de renda.

A estruturação de uma proposta de ação integrada, ágil, moderna e que atenda realmente às necessidades da população e das propriedades da área do projeto deverá prever:

- **Acesso universal ao abastecimento d'água** para fins domésticos e de produção, a partir do canal adutor, viabilizando-se vazões e tarifas compatíveis com a evolução das condições sócio-econômicas da população e das empresas.
- **Exame aprofundado da questão fundiária local**, buscando-se a legalização de lotes para posseiros e meeiros e estudando-se alternativas de empresas associativas de pequenos proprietários, com base na integração de áreas produtivas, para possibilitar mudanças nos processos produtivos da micro para a grande escala, com vantagens competitivas nos mercados consumidores.
- **Implantação de programa sistemático de assistência técnica e extensão rural** de bom nível de qualidade, permitindo o acesso dos pequenos e médios produtores rurais ao conhecimento de tecnologias modernas de produção.
- **Universalização da educação fundamental**, propondo-se como ação mais significativa nesta área o desenvolvimento do ensino, seja por medidas de universalização do acesso para crianças de 7 a 14 anos, seja por melhoria de qualidade do processo ensino-aprendizagem e conseqüente redução dos indicadores de evasão e repetência, a partir de uma prática pedagógica dinâmica e motivadora, inserida no universo temático local e voltada para a futura inserção produtiva do educando. Há que se buscar as inter-relações entre a educação e as estratégias de desenvolvimento sustentável, adotando como referencial o conceito de qualificação profissional fundamentado na escolaridade básica de bom nível, o que significa elevar os padrões de educação e universalizar o ensino fundamental (de primeiro grau) como requisito mínimo para uma vida ativa em uma sociedade em transformação.

- **Melhoria das condições de saúde, saneamento e habitação: a saúde**, conceituada como um completo estado de bem-estar físico, psíquico e social do indivíduo e não somente a ausência de doenças, constitui um componente fundamental de vida saudável de famílias e comunidades. Devem ser adotadas medidas a curto prazo voltadas para as crianças, as gestantes e as nutrizes, buscando investir mais na prevenção de doenças e na promoção da saúde das famílias, com ênfase no atendimento básico e humanizado. Nesta perspectiva, a implantação do Programa Saúde da Família, que atua com enfoque comunitário e de educação para a saúde, faz-se indispensável. Por outro lado, um aspecto de suma importância a considerar nesse conceito amplo de saúde é o **saneamento básico**, considerado, antes de tudo, prevenção de doenças, melhoria na qualidade de vida e proteção ambiental. A redução da mortalidade infantil, por exemplo, poderá ser equacionada com uma ampla cobertura de serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário simplificado, face à inequívoca relação entre as causas básicas dos óbitos infantis e a falta de saneamento. Torna-se necessário mobilizar todos os esforços para racionalizar o uso de recursos do setor, evitando a superposição de ações e competências, investindo maciçamente em programas de educação sanitária para a população, como forma de sensibilizá-la e integrá-la no esforço comum de criação de uma cultura de preservação do meio-ambiente, essencial para a consecução do objetivo maior de melhoria das suas condições de vida. **A habitação**, entendida como as condições de habitabilidade em geral – edificações domiciliares e instalações essenciais no domicílio, contexto comunitário e meio ambiente - está também intimamente ligada à saúde. A linha básica de atuação consiste em orientar as ações públicas e comunitárias para a melhoria das condições habitacionais daquelas famílias (50% da população) que ocupam domicílios em condições insalubres, com sérios riscos de aquisição de doenças para seus residentes, bem como situadas em áreas que não dispõem de saneamento básico ou encontram-se em locais degradados ou ambientalmente inseguros.

- **Capacitação dos recursos humanos**, objetivando a eficiência do processo produtivo e da produtividade da mão-de-obra, deverá ser priorizada a qualificação da força de trabalho local, especialmente da população economicamente ativa da área do projeto, para os desafios do desenvolvimento advindos com a implantação do Eixo de Integração. É igualmente necessária uma ação educativa específica, de caráter supletivo, voltada para a população jovem e adulta, tendo em vista os baixos níveis de escolaridade prevalentes e o analfabetismo. Essa ação deve, necessariamente, ser acoplada à formação profissional que propicie inserção qualificada no mercado de trabalho.
- **Geração, pelo crescimento, de mais e melhores empregos**, devendo resultar em uma maior participação da população pobre na produção e no usufruto dos bens e serviços, a partir da integração do conhecimento, obtido com o êxito dos esforços de suplência educativa e qualificação profissional de adolescentes e adultos com o crescimento da economia e a conseqüente capacidade de gerar oportunidades de trabalho, como as empresas associativas de pequenos produtores rurais. Para mudança do sistema produtivo atual, tradicional e ineficiente, deve haver uma preocupação em transforma-lo em atividade tecnicamente mais moderna e mais referenciada ao mercado, estimulando a modernização de práticas agrícolas e de gestão a nível das pequenas e médias propriedades rurais. Para tanto, o acesso às terras agricultáveis, aos recursos hídricos indispensáveis à irrigação, à eletrificação, ao crédito, à qualificação profissional, à assistência técnica e a formas não espoliativas de comercialização, são fatores igualmente importantes. A irrigação apresenta-se como uma alternativa altamente viável para a geração de emprego e renda porquanto permite a incorporação, à atividade produtiva, de áreas ociosas, bem como uma maior exploração de cultivos diferenciados, proporcionando maior intensidade do uso da terra, uma vez que a água se torna permanentemente disponível. A otimização do uso da

água disponibilizada pelo projeto é outro fator determinante da sua sustentabilidade.

- **Gestão Participativa**, considerando que o Eixo de Integração requer uma gestão e controle social integrados, envolvendo instituições, mecanismos e instrumentos compatíveis com os desafios e responsabilidades assumidos com o futuro da região e com a filosofia do Programa. A participação da população, de forma organizada, no processo decisório e no acompanhamento e gestão do Programa é condição fundamental para dar legitimidade e garantir efetividade às estratégias e ações.

O desenvolvimento social sustentável da área é possível mediante a adoção de um modelo que contemple a ampliação e melhor distribuição das oportunidades sociais, trabalho e renda na área. O desafio consiste na construção desse modelo e na sua aplicação de forma bem sucedida, uma vez que esta área sofre a influência de contextos sócio-políticos do Município, Estado e País em que está inserida, um tripé governamental que tradicionalmente vem praticando políticas econômicas e sociais geradoras de pobreza e exclusão social no campo. Ademais, o cenário atual do País é de incertezas, com conseqüências imprevisíveis sobre os objetivos, conteúdos e estratégias de qualquer plano de desenvolvimento sustentável.



## 2 - OBJETIVOS DO PLANO DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL

## 2.1 - OBJETIVOS GERAIS

- Reorientar o modelo de desenvolvimento local no sentido do desenvolvimento sustentável, combatendo os sinais de pobreza e exclusão social e promovendo mudanças sócio-econômicas e culturais na área das inversões diretas.
- Buscar integração, mediante parcerias, com os Municípios da área de influência, o Estado e a União, para viabilizar a convergência de prioridades de desenvolvimento local, de acordo com as propostas de sustentabilidade sócio-econômica, institucional e ambiental do Eixo de Integração.
- Buscar integração com o Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe.
- Incentivar e fortalecer o processo de organização das comunidades em torno da implementação e execução do Projeto, bem como, das mudanças sócio-econômicas e culturais desejadas, respeitando suas formas de associação e parceria.

## 2.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Ofertar maiores oportunidades sociais à população local para combater a pobreza e a exclusão social e promover mudanças sócio-econômicas e culturais, mediante:
- Expansão e melhoria das oportunidades educacionais para educação infantil.
  - Expansão e melhoria das oportunidades educacionais no ensino básico da rede pública, mediante a construção, reforma e ampliação de escolas.
  - Incentivos à permanência na escola e ao reingresso de crianças e adolescentes ao processo de escolarização, estimulando a participação dos pais e organizações comunitárias na valorização da escola.

- Correção das disfunções do ensino regular ofertando oportunidades educacionais nas escolas públicas para adolescentes e adultos não alfabetizados ou com escolarização básica incompleta, buscando eles com os programas de qualificação para o trabalho.
- Desenvolvimento e aperfeiçoamento de medidas de assistência ao aluno com múltiplas carências, objetivando elevar o seu rendimento e permanência na escola, em programas integrados com o setor saúde, ação social e cultura.
- Definir e aperfeiçoar mecanismos de planejamento escolar participativo visando adequar o calendário escolar, os conteúdos e os métodos de ensino-aprendizagem ao contexto local.
- Qualificar professores não titulados.
- Instalar uma escola agrícola na área para ofertar ensino regular, ensino supletivo e cursos intensivos de qualificação para o trabalho.
- Apoiar, no âmbito das escolas, o desenvolvimento artístico e cultural da juventude mediante o estímulo à produção grupal no campo das artes, da literatura e das manifestações de cultura popular.
- Estabelecer parcerias entre as associações comunitárias e os governos municipal e estadual para o desenvolvimento de projetos culturais nos campos artísticos, literários e de cultura popular, no âmbito das comunidades envolvidas no projeto.
- Estimular a prática esportiva e atividades de lazer na rede de escolas do sistema público e na rede de entidades da sociedade civil organizada.
- Universalizar o acesso aos serviços de saúde com a implantação de unidades ambulatoriais locais onde não houver e reforma, reequipamento e manutenção adequada das existentes na área, ofertando os cuidados primários de saúde para toda a população através de equipes do Programa de Saúde da Família.
- Articular e integrar as unidades de saúde da área ao sistema municipal e regional de saúde, mediante clara configuração da rede regional e hierarquizada de unidades de saúde nos municípios da região de influência.

- Qualificar e supervisionar sistematicamente os recursos humanos da área nas ações primárias de saúde.
  - Entender as ações simplificadas de saneamento básico, a baixo custo, em toda a área das inversões diretas, possibilitando o destino adequado de dejetos e lixo das comunidades.
  - Ofertar água potável a toda a população residente na área.
  - Promover a salubridade das habitações, mediante programa de melhorias das casas de alvenaria existentes e construção de habitações populares para substituir casas de taipa.
  - Fortalecer as associações comunitárias existentes.
  - Implantar um “Centro de Cidadania” nas sedes distritais e no centro convergente de localidade geograficamente estratégica (Cacimba Funda), mediante prédio a ser construído, com espaços para posto telefônico, caixa de coleta dos correios, posto policial e salão comunitário, incluindo auditório ao ar livre, serviços de apoio e biblioteca.
  - Ampliar as oportunidades do mercado de trabalho agropecuário, extrativista, comercial, artesanal e de serviços, mediante a capacitação da mão-de-obra adulta.
- b) Buscar integração programática com o Município, o Estado e a União, visando o estabelecimento de parcerias para:
- Intervenções estruturantes nos distritos e localidades:
    - Revisão e complementação da malha rodoviária vicinal entre distritos, localidades e sede municipal.
    - Estruturação da sede de distritos a partir da reordenação e pavimentação de suas ruas principais, com criação e redesenho de espaços para o lazer e convivência, aliados às quadras para o esporte, aos lugares para os bailes e as festas populares, escolas, postos de saúde e Centros de Cidadania.
    - Reorientação da ação do Projeto São José na área das inversões diretas, no sentido da criação e desenvolvimento de empreendimentos

associativos de pequenos proprietários para ganhos em escala, irrigação compartilhada e otimização do uso da água.

- Priorizar a área para a distribuição de sementes selecionadas.
- Priorizar a área para execução de programas de assistência técnica e extensão rural aos produtores locais.

c) Buscar integração junto ao Comitê de Gerenciamento da Bacia do Baixo Jaguaribe, para garantir a representação dos usuários do Eixo de Integração na co-gestão da Bacia.

d) Examinar aprofundadamente a questão fundiária local, buscando-se a legalização de lotes para posseiros e alternativas para os meeiros, estudando-se também a viabilidade de empresas associativas de pequenos proprietários, com base na integração de áreas produtivas, para possibilitar mudanças nos processos produtivos da micro para a grande escala, com vantagens competitivas nos mercados consumidores. O INCRA dispõe de metodologias de organização de assentados, de planejamento local e de micro-empresas associativas que poderiam ser aplicadas na área. A revisão da realidade fundiária local deve, aliás, ser uma atribuição do INCRA.



### 3 - METAS

## 3.1 - EDUCAÇÃO

### 3.1.1 - Matrícula

- Expandir a matrícula para educação infantil em 120 novas vagas para crianças entre 0-6 anos, no 1º ano, assegurando a oferta de novas vagas nos próximos 20 anos segundo a taxa de crescimento desta população;
- Expandir a matrícula do ensino fundamental em 62 novas vagas para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, no 1º ano, mantendo a expansão anual da matrícula na próxima década segundo a taxa de crescimento desta população nos próximos 20 anos;
- Ofertar matrículas para o ensino médio (regular) para 500 adolescentes na faixa de 15 a 18 anos, no 1º ano do Projeto, mantendo a expansão anual da matrícula do ensino médio na próxima década segundo a taxa de crescimento desta população nos próximos 20 anos;
- Oportunizar cursos de alfabetização de adultos e supletivo de 1º grau para 1500 adultos em idade economicamente ativa.

### 3.1.2 - Rede Escolar

- Reforma, ampliação e reequipamento adequado para 07 escolas municipais rurais da área das inversões diretas;
- Construção e equipamento de 01 escola rural (ensino fundamental) na localidade Açude João Coelho;
- Construção e equipamento de 01 escola agrícola na localidade Cacimba Funda para atender jovens de toda a área do projeto e adjacências.

### 3.1.3 - Assistência ao Educando

- Ofertar a 100% da clientela escolar merenda, material didático e transporte público a pequenas localidades rurais e fazendas.

### **3.1.4 - Qualificação de Pessoal Docente**

- Qualificar 100% dos professores da educação infantil e ensino fundamental.

### **3.1.5 - Adequação de Currículos e Atividades de Ensino ao Contexto Local**

- Estudo multidisciplinar para a formulação de uma nova proposta curricular (Modelo Escola Viva) adequada ao contexto rural da área em todos os níveis e graus de ensino;
- Implementação de um fazer pedagógico vivo e competente no desenvolvimento de aprendizagens, ao mesmo tempo que criativo, crítico, dinâmico, contextualizado e prazeroso. Mudança da rotina atual da escola pública rural que possibilite uma aprendizagem inteligente, desenvolvendo um PROJETO PEDAGÓGICO comprometido com a transformação da sociedade rural, assegurando a aprendizagem de atitudes, habilidades e conteúdos necessários ao exercício da cidadania, portanto, seja crítica e comprometida com a transformação da sociedade, além de dinâmica e atrativa;
- Propõe-se uma escola que seja aberta, deixando-se invadir pela vida que está lá fora e trazendo para dentro de seus espaços o mundo real, do qual fazem parte alunos e professores;
- Escola concebida como um pólo cultural da comunidade a que presta serviços, conhecendo e trabalhando com suas expectativas, necessidades, valores, costumes e tradições culturais.
- Formulação de uma nova proposta de calendário escolar adequada ao contexto rural da área em todos os níveis e graus de ensino;

## **3.2 - SAÚDE**

- Reforma e reequipamento de 03 Postos de Saúde existentes (Cajazeiras, Cacimba Funda e Mata Fresca);



- Construção e equipamento de 04 Postos de Saúde (Sede do Distrito São José, Açude João Coelho, Serra Dantas e Assentamento Campos Verdes).

### 3.3 - SANEAMENTO BÁSICO

- Oferta de água potável para 1.170 domicílios e 258 propriedades rurais;
- Distribuição de containers para deposição de lixo doméstico em 19 localidades da área;
- Implantação de coleta semanal de lixo em 19 localidades da área, no primeiro ano e coleta 2 vezes por semana a partir do 2º ano.

### 3.4 - HABITAÇÃO POPULAR

- Construção de 585 habitações populares nas comunidades rurais, objetivando erradicar habitações de taipa na área do projeto;
- Implantação de melhorias sanitárias em 300 habitações rurais.

### 3.5 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

- Capacitar 1.500 trabalhadores em diversas áreas de conhecimento relacionadas com as atividades fins da produção rural, com ênfase na modernização tecnológica e gerencial das propriedades;
- Capacitar 258 proprietários no gerenciamento de seus empreendimentos, seja individual ou associativamente;
- Capacitar 100% das lideranças comunitárias, produtores e suas famílias em ações de educação social;
- Capacitar 100 prestadores de serviços às propriedades rurais, em atividades-meio (administração, informática, mecânica, eletricidade, etc.);
- Capacitar 100% de dirigentes de Cooperativas e Associações Comunitárias na área, em metodologias de co-gestão.

### 3.6 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL E URBANO DAS SEDES DISTRITAIS E LOCALIDADES DA ÁREA

- Desenvolver e consolidar o conceito de “centralidade da vida comunitária e da vizinhança rural” nas sedes urbanas dos distritos de são José, manibú e mata fresca, bem como da localidade cacimba funda, mediante:
- Urbanização de ruas, praças e espaços de convergência social no centro da sede distrital, onde os habitantes do distrito e do entorno rural satisfaçam suas necessidades de intercâmbios sócio-culturais, diversão, trocas econômicas, comunicações, aquisição de implementos, vestuário, alimento, educação secundária, bibliotecas, etc...
- Cada sede distrital ou localidade de convergência deverá dispor obrigatoriamente de um serviço de atenção primária de saúde capaz de realizar as atividades de promoção, prevenção e recuperação a nível comunitário e ambulatorial, que serão desenvolvidas por médicos generalistas, enfermeiros, pessoal auxiliar de nível elementar. Os estabelecimentos desse nível de atenção serão postos de saúde, com 01 equipe do programa de saúde da família que atenderão às vizinhanças da sede distrital e do entorno rural. “O novo modelo de atenção e de vigilância à saúde da família tem como diretriz básica a reorganização dos sistemas locais de saúde norteadas pelos princípios da universalidade, equidade, integridade a assistência, e a participação comunitária. A nova visão de saúde passa a ser não mais centrada na cura da doença e na hospitalização e sim na atenção integral ao indivíduo e à família no seu ambiente sócio-econômico e cultural. O novo modelo pressupõe: território e clientela definida sob a responsabilidade de equipe multidisciplinar, atenção contínua orientada por problemas prioritários e o enfoque de risco epidemiológico que permite a identificação de indivíduos e grupos mais expostos de adoecer. Neste contexto é priorizado à criança e o adolescente que são contemplados com ações específicas programadas a partir dos problemas identificados em relação ao estilo de vida e condutas que interferem na saúde. O modelo de vigilância à saúde utiliza um conceito amplo de saúde, que considera como

fatores que interferem no Processo Saúde/Doença não só os biológicos mas os ambientais, ecológicos, e aqueles relacionados com a qualidade de vida (moradia, educação, lazer, emprego, remuneração digna...). Com essa visão as equipes de "Saúde da Família" trabalham o enfrentamento dos problemas de uma forma global, envolvendo outros setores da municipalidade na resolução destes. Como resultante é esperado um impacto positivo nos indicadores de morbi-mortalidade e na qualidade de vida dos indivíduos e dos grupos assistidos"<sup>6</sup>.

- A prestação de serviços educacionais nas sedes distritais deve ser realizada através de um sistema composto por escolas (estabelecimentos) que ofereçam educação pré-escolar e ensino fundamental, articuladas com uma escola de nível médio para o atendimento abrangente das necessidades da população infanto-juvenil. Cada sede distrital deverá dispor obrigatoriamente dessas escolas, ou de Centros de Educação Infantil articulados com escolas de ensino fundamental, objetivando garantir o fluxo normal de estudantes de um grau a outro do sistema educacional, ofertando vagas em quantidades compatíveis com a demanda da população infanto-juvenil, devendo ser distribuídas no espaço compreendido pelos núcleos populacionais. As escolas deverão ser equipadas com quadras esportivas para suprir as comunidades desses equipamentos indispensáveis à juventude. Por sua posição estratégica (acesso por rodovia asfaltada), propõe-se a implantação na localidade de Cacimba Funda, de uma escola agrícola de nível médio.
- Nas sedes distritais e localidade de Cacimba Funda, deverão ser implantados um Centro de Cidadania, onde serão desenvolvidas as seguintes atividades:
  - Salas para cursos profissionalizantes.
  - Auditório para reuniões comunitárias e eventos culturais.
  - Salas para reuniões.
  - Biblioteca.
  - Centro de Estudos sobre a Família e a Comunidade.

---

<sup>6</sup> PROARES. Programa Saúde da Família.

- Central Interprofissional de Serviços, incluindo serviços públicos.
- Posto Policial.
- Posto Telefônico.
- Caixa de coleta de correio.
- As sedes distritais deverão conter espaços abertos para feiras-livres, circos e parques de diversões.
- Criação e complementação das redes de infra-estrutura básica, incluindo saneamento básico simplificado e água com respectivo tratamento (inclusive a de cacimbas, poços e cisternas).
- A conexão com o transporte coletivo que atenderá a sede e as localidades rurais será feita, em cada sede distrital, por uma pequena estação de passageiros construída para este fim.

### 3.7 - REGIONALIZAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DE REDES DE UNIDADES SOCIAIS

- Em toda a área de influência, deverá ser desenvolvida a regionalização e hierarquização da rede de unidades sociais visando a adequada cobertura social à área do projeto
- Implantação de redes de unidades sociais, hierarquizadas segundo princípio de complexidade crescente, garantindo-se a compatibilidade entre demanda e fluxo de serviços adequados para todas as localidades e áreas rurais nos setores de saúde, educação, cultura, esporte e lazer.
- Compatibilidade e integração dos estudos de territorialização já efetuados pelos municípios de Aracati, Icapuí e Jaguaruana, tendo em vista a configuração de redes regionais e locais, bem como a hierarquização de serviços de saúde, educação, cultura, esporte e lazer em toda a área.

## 4 - ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO E OPERAÇÃO

## 4.1 - ESTRATÉGIAS GERAIS

Aplicado para a área social os postulados da sustentabilidade do desenvolvimento, deve-se adotar estratégias que incorporem às ações propostas a negociação política, a participação social, a abordagem sistêmica e o tratamento multidisciplinar das questões, a preocupação com o meio-ambiente e a visão de longo prazo.

As estratégias propostas são as seguintes:

1. Negociação com todas as esferas de Governo envolvidas no Projeto, no sentido de fazer convergir para a área as suas prioridades de desenvolvimento, que tornem exeqüível a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental da área.
2. Flexibilidade na adoção de instrumentos e metas de planejamento, evitando-se compromissos com metas rígidas em longo prazo; para tanto, é necessário definir e configurar mecanismos globais de acompanhamento, avaliação e replanejamento com participação dos usuários do eixo, fazendo-se os devidos ajustes ao longo da vigência do projeto.
3. Planejamento operativo a cada ano, com participação comunitária e representação de usuários do Eixo.
4. Maior eficiência administrativa na execução dos planos, programas e projetos, com vistas ao cumprimento de prazos e otimização na aplicação de recursos<sup>7</sup>.
5. Participação da comunidade: instituir e consolidar mecanismos de gestão participativa em todas as fases, etapas e instâncias do projeto, adotando

---

<sup>7</sup> Ver a este respeito o Tomo 3 – Sustentabilidade Administrativa (Parte I).

integralmente a Proposta do Programa de Participação Social. O princípio que norteia e fundamenta a implementação do Projeto é a co-gestão entre o Governo e a sociedade civil e sua base operacional se apoia na participação da comunidade. Será a comunidade que demandará e definirá suas prioridades anuais as quais deverão ser respeitadas na elaboração dos Planos Aplicativos Anuais. Para tanto, adotar-se-á como estratégias operacionais o fortalecimento da organização comunitária e a gestão colegiada. A atuação da comunidade extrapolará a sua condição de usuária atingindo o nível da co-gestão. As comunidades, através de suas representações legítimas (Associações, Sindicatos, conselhos de moradores, cooperativas etc.) participarão da gerência do Eixo, na forma de gestão colegiada.

6. Regionalização e hierarquização de redes de unidades sociais em toda a área de influência, visando a universalização de cobertura social integral área do projeto, mediante a implantação de unidades sociais hierarquizadas segundo princípio de complexidade crescente, garantindo-se a compatibilidade entre demanda e fluxo de serviços adequados para todas as localidades e áreas rurais nos setores de saúde, educação, cultura, esporte e lazer. Para tanto, faz necessária a compatibilização e integração dos estudos de territorialização já efetuados pelos municípios de Aracati, Icapuí e Jaguaruana, tendo em vista a configuração de redes regionais e locais, bem como a hierarquização de serviços da área social.
7. Instituir e executar um programa de Educação Social, para amplo e profundo envolvimento da sociedade civil nas seguintes questões:
  - Uso racional da água, do solo e dos demais recursos naturais;
  - Otimização do uso da água nos 7.700 ha de terras irrigadas a serem implementadas nos 5 anos iniciais de implantação do Eixo, conforme Plano Agrícola proposto;
  - Ação preventiva para a conservação de recursos naturais e intervenção corretiva em áreas críticas;

- Aumento da capacidade da sociedade civil se articular e agir mediante consenso coletivo;
- Fortalecimento da família como célula básica da sociedade.
- Valorização da escola e da escolarização formal para todas as crianças, jovens e adultos, nos diversos níveis de ensino;
- Valorização da arte e do esporte, favorecendo a convivência comunitária e fortalecendo os laços de vizinhança;
- Educação para saúde, envolvendo ações preventivas relacionadas com a saúde individual e coletiva da população.
- Oficinas sócio-pedagógicas que ampliem e complementem o processo formativo de lideranças comunitária. Estas objetivam a operacionalização dos equipamentos sociais que se dará em processo de co-gestão, baseado nos princípios de descentralização e subsidiaridade de ações. As atividades e articulações entre OGs e ONGs serão realizadas na perspectiva da preparação da população para a co-gestão do sistema oferecendo uma programação que reúne ações socializantes, educativas e culturais, esportivas e profissionalizantes tendo como base o planejamento participativo e a co-gestão comunitária. As oficinas sócio-pedagógicas funcionarão como detonadoras do processo participativo em cada localidade e complementarão as ações do programa de participação social. Deverão estar articuladas com as escolas, com ONGs e OG's.

#### 4.2 - CRITÉRIOS DE IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS

- Projetos de Implantação de Equipamentos Sociais – As despesas relacionadas com terreno, deverão ficar sob a responsabilidade do poder público municipal e/ou estadual ou ainda poderão ser divididas entre os dois;
- Projetos de Reforma e Ampliação de Equipamentos Sociais – Neste caso pressupõe a existência de um equipamento social existente onde já são



atendidas crianças, adolescentes e adultos, dispondo de área para a ampliação.

- Todos os equipamentos propostos terão seus custos assim definidos: durante o primeiro ano(Implantação), os Equipamentos Sociais receberão aportes financeiros do Programa de Sustentabilidade Social - Aportes do BIRD, Governo do Estado e Governo Municipal. No 2º e 3º anos, o Programa de Sustentabilidade Social - Aportes do BIRD e Poderes Públicos Estadual e Municipal deverão compartilhar as despesas de operacionalização; a partir do 4º ano do Programa de Sustentabilidade Social, o Estado e o Município, bem como as Associações Comunitárias, manterão os equipamentos às expensas do Orçamento Público Estadual e Municipal e das contribuições arrecadadas dos associados(exceto os que têm garantia de gratuidade pela constituição) e outras fontes concretizando-se a municipalização do atendimento.
- Gerenciamento dos Equipamentos Sociais – O gerenciamento desde o 1º ano do Programa deverá, necessariamente, ser competência da comunidade através de suas representações legais.
- Garantia de aproveitamento de mão de obra local nas etapas de implantação e funcionamento dos equipamentos sociais.
- Todas as localidades da área de influência serão contempladas com ações deste programa, guardadas as escalas de demandas e atendimentos para a implantação dos equipamentos sociais; Serviços na área de saúde, educação e cultura serão ofertados em localidades estratégicas para atendimento do núcleo central e do entorno rural;
- As ações de capacitação terão seus custos operacionais assim definidos: durante a etapa de implantação do projeto as ações de capacitação da população economicamente ativa receberão aportes financeiros exclusivamente do Programa de Sustentabilidade Social - Aportes do BIRD, Governos do Estado e do Município. No 2º ano (correspondente à primeira reciclagem), os custos de capacitação serão compartilhados pelo Programa de Sustentabilidade Social - Aportes do BIRD, Poderes Públicos Estadual e Municipal; no 4º ano (correspondente à 2ª reciclagem e sucessivas) os

Governos Estadual e Municipal assumirão os custos de capacitação às expensas dos respectivos Orçamentos Públicos.

#### 4.3 - MATRIZ INSTITUCIONAL

<b>AÇÕES</b>	<b>BID</b>	<b>GOVERNO DO ESTADO</b>	<b>PREFEITURAS MUNICIPAIS</b>	<b>COMUNIDADES</b>	<b>COORDENAÇÃO DO PROGERIRH</b>
Análise e Aprovação do PSS	X	X	X	X	X
Financiamento para implantação	X	X	X		
Despesas de manutenção	X	X	X	X	
Elaboração de Projetos Executivos		X	X	X	X
Coordenação		X	X	X	X
Implementação		X	X	X	X
Monitoramento		X	X	X	X
Avaliação		X	X	X	X

## **5 - INTERFACES E COMPATIBILIDADE COM AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS SOCIAIS PARA A ÁREA**

O [Quadro 5.1](#) apresenta um levantamento das ações dos órgãos governamentais na área de influência (Municípios de Aracati, Icapui e Jaguaruana) e na área das inversões diretas. Estas ações configuram a assistência pública e investimentos privados que hoje são realizados nesses municípios e em algumas localidades da área do projeto.

Deve ser ressaltado que as ações executadas nos municípios, porém não executadas diretamente na área do Eixo, têm potencial para repercutir ou beneficiar indiretamente a referida área, desde que tais repercussões ou benefícios indiretos sejam estudados caso a caso. É, provavelmente, o caso dos investimentos realizados na ambientação do corredor histórico e turístico de Icapuí, cujo impulso ao setor turístico local pode contemplar a ampliação do mercado consumidor para horti-fruti-granjeiros e artesanato produzidos na área das inversões diretas. Do mesmo modo, a implantação de indústrias, especialmente as do ramo alimentício, nos respectivos municípios, poderá gerar demanda de produtos à área do Eixo.

Enfim, pode-se afirmar que todos os programas ora em execução ([Quadro 5.1](#)) na área de influência e na área do Eixo são compatíveis com os objetivos do Programa de Sustentabilidade Social.

É importante que os Governos Federal, Estadual e Municipal mantenham os referidos planos, programas e projetos ora executados na área e, prioritariamente, busquem expandi-los para a área do Eixo de Integração, potencializando as ações do PROGERIRH, especialmente Projeto São José, Luz em Casa, Desenvolvimento e Expansão do Ensino Fundamental, Projeto Nordeste e PROARES.

## Quadro 5.1 - Interfaces e Compatibilidade com as Políticas Econômicas, Infra- Estruturais e Sociais Governamentais para a Área de Influência e das Inversões Diretas

Principais ações executadas, em execução ou previstas	Aracati	Icapuí	Jaguaruana	Área das inversões diretas
<p>Infra-estrutura hídrica (SRH) e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PROURB</li> <li>• PROGERIRH</li> <li>• Abastecimento através de Carros-Pipas.</li> </ul>	<p>Município não contemplado</p> <p>Município contemplado</p> <p>Toda a área rural do município atingida pela seca</p>	<p>Município não contemplado</p> <p>Município contemplado</p> <p>Toda a área rural do município atingida pela seca.</p>	<p>Município não contemplado</p> <p>Município contemplado</p> <p>Toda a área rural do município atingida pela seca.</p>	<p>Área não contemplada.</p> <p>Eixo de Integração Jaguaribe-Icapuí.</p> <p>Toda a área das inversões diretas.</p>
<p>Infra-estrutura de energia elétrica e turismo (SETECO e SETUR)</p>	<p>Ceará II- Município não contemplado</p> <p>Programa Luz em Casa – 383 Unidades consumidoras previstas.</p>	<p>Ceará II- Município não contemplado</p> <p>Programa Luz em Casa – 203 Unidades consumidoras. (Em execução).</p>	<p>Ceará II- Município não contemplado</p> <p>Programa Luz em Casa – 460 Unidades Consumidoras previstas.</p>	<p>Área não contemplada.</p> <p>Diversas localidades contempladas</p>
<p>Infra-estrutura de energia elétrica (SETECO)</p>	<p>PIN – 1755 ligações de baixa renda em todo o município.</p> <p>Projeto São José – contempladas 50 localidades rurais e litorâneas.</p> <p>RDR – 21 projetos executados em todo o município.</p> <p>RDU – 06 projetos executados em todo o município.</p>	<p>PIN – 203 ligações de baixa renda em todo o município.</p> <p>Projeto São José – contempladas 06 localidades rurais e litorâneas.</p> <p>RDR – 09 projetos executados em todo o município.</p>	<p>PIN – 460 ligações de baixa renda em todo o município</p> <p>Projeto São José – contempladas 13 localidades rurais, previstos 09 projetos e 03 em andamento.</p> <p>RDR – 06 projetos executados em todo o município.</p>	<p>Eletrificação Rural:</p> <p>Projeto São José (RDR) para Ass. Moradores de Cajazeiras, Assentamento Campos Verdes e ASS. Moradores de Antonópolis e adjacências.</p>
<p>Infra-estrutura de energia elétrica (SETECO)</p> <p>Edificações (SETECO/SETUR)</p>	<p>Ações Previstas:</p> <p>Distribuição de gás canalizado- construção do gasoduto Aracati-Iguatu.</p> <p>PIN – previstas 383 ligações de baixa renda em todo o município.</p>	<p style="text-align: center;">-</p> <p>RDU – 05 projetos executados em todo o município.</p> <p>Ambientação do Corredor Histórico e Turístico de Icapuí.</p>		<p>Área contemplada através do Projeto São José.</p>
<p>Habitação e Saneamento Básico (SDU)-PROURB</p>	<p>Habitação: 2 projetos de Construção de 284 casas na Cidade, beneficiando 284 famílias, no valor global de R\$ 1.915.000,00, a iniciar.</p> <p>Saneamento: PMSS - Programa de Modernização do Setor de</p>	<p>Município não contemplado.</p> <p>Município não contemplado.</p>	<p>Município não contemplado.</p> <p>Município não contemplado.</p>	<p>Área não contemplada.</p> <p>Área não contemplada.</p>

## Quadro 5.1 - Interfaces e Compatibilidade com as Políticas Econômicas, Infra-Estruturais e Sociais Governamentais para a Área de Influência e das Inversões Diretas

Principais ações executadas, em execução ou previstas	Aracati	Icapuí	Jaguaruana	Área das inversões diretas
	Saneamento-Sistema de esgotamento sanitário, para beneficiar 5.474 famílias, com investimentos previstos de R\$ 4.005.000,00. PRÓ-SANEAMENTO, a iniciar, sistema de abastecimento d'água, no valor de R\$ 350.000,00, Construção de 01 ABC Comunitário, no valor de R\$ 200.000,00, em execução.	PASS- Sistema de Abastecimento d'água, no valor de R\$ 100.000,00 a iniciar.	PRÓ-SANEAMENTO, a iniciar, sistema de abastecimento d'água, no valor de R\$ 993.000,00, beneficiando 1.986 famílias.	Área não contemplada.
Ações de indução do desenvolvimento econômico(SDE)	Empresas implantadas: DA FRUTA (indústria e comércio). HB (curtume e calçados). COMPESCAL (Comércio de Pescado) Total de 615 empregos diretos e 2.460 indiretos. Investimentos totais de R\$ 9.100.000,00.  Protocolo de intenção com PROQUIMPEX, (indústria e comércio) gerando 70 empregos diretos e 280 indiretos, no valor de R\$ 3.000.000,00	Protocolo de intenção com FERNANDO LUIZ DE LIMA, gerando 89 empregos diretos e 356 indiretos, no valor de R\$ 953.000,00.	2 Protocolos de intenções assinados, gerando 280 empregos diretos e 1.120 indiretos, no valor de R\$ 2,9 milhões.	Área não contemplada diretamente.
Desenvolvimento Rural (SDR)	Projeto São José: 36 projetos liberados. 2.505 famílias beneficiadas, investimentos de R\$ 1.068.472,00.  Reforma Agrária Solidária: Município não contemplado.	Projeto São José: 14 projetos liberados. 1.106 famílias beneficiadas, investimentos de R\$ 545.491,00.  Reforma Agrária Solidária: Município não contemplado.	Projeto São José: 14 projetos liberados. 882 famílias beneficiadas, investimentos de R\$ 350.000,00.  Reforma Agrária Solidária: Município não contemplado	Contemplados: Assoc. Morad. Cajazeiras- Rede de Distribuição Rural no valor de R\$ 15.000,00; Assoc. dos Morad. Antonópolis-RDR- R\$ 30.525,00; Ass. Coop. Proj.Assent.Campos Verdes – PIN – R\$ 13.580,00 2 Projetos de Assentamento do INCRA: Bela Vista e Campos Verdes.

## Quadro 5.1 - Interfaces e Compatibilidade com as Políticas Econômicas, Infra-Estruturais e Sociais Governamentais para a Área de Influência e das Inversões Diretas

Principais ações executadas, em execução ou previstas	Aracati	Icapuí	Jaguaruana	Área das inversões diretas
	Feixamento de Açudes			
Desenvolvimento Social (SEDUC/SECITECE/SAS/ SESA)	<p>Projeto Nordeste – obras concluídas em 1995:</p> <p>Recuperação e ampliação de 53 salas de aula;</p> <p>Construção de 01 escola de 6 salas de aula, beneficiando 7080 alunos.</p> <p>NIT- Núcleo de Informação Tecnológica: Município não contemplado.</p> <p>CVT- obra em execução.</p> <p>CENTEC – Município não contemplado.</p>	<p>Projeto Nordeste – obras concluídas em 1995:</p> <p>Recuperação e ampliação de 09 salas de aula, beneficiando 1.080 alunos.</p> <p>NIT- Núcleo de Informação Tecnológica: projeto concluído, obra a iniciar.</p> <p>CVT- Município não contemplado.</p> <p>CENTEC – Município não contemplado.</p>	<p>Projeto Nordeste – obras concluídas em 1995:</p> <p>Construção de uma escola de 4 salas de aula, em execução.</p> <p>NIT- Núcleo de Informação Tecnológica: Município não contemplado.</p> <p>CVT- Município não contemplado.</p> <p>CENTEC – Município não contemplado.</p>	<p>NIT- Núcleo de Informação Tecnológica: Área não contemplada.</p> <p>CVT- Área não contemplada.</p> <p>CENTEC – Área não contemplada.</p>
Desenvolvimento Social (SEDUC/SECITECE/SAS/ SESA)	<p>Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental (MEC/FNDE/Prefeitura Municipal): Mata Fresca, Cacimba Funda, Campos Verdes, Quatro Bocas, Tanque do Lima, Ilha do Meio e Cajazeiras.</p> <p>Alfabetização Solidária (Projeto Prefeitura Municipal/Comunidade Solidária) : Município não contemplado.</p>	<p>Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental (MEC/FNDE/Prefeitura Municipal): Manibu</p> <p>Alfabetização Solidária (Projeto Prefeitura Municipal/Comunidade Solidária) : Município não contemplado.</p>	<p>Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental (MEC/FNDE/Prefeitura Municipal): Sede do Distrito de São José, Antonópolis.</p> <p>Alfabetização Solidária (Projeto Prefeitura Municipal/Comunidade Solidária) : Município contemplado.</p>	
Desenvolvimento Social (SEDUC/SECITECE/SAS/ SESA/SETECO/Prefeituras Municipais)	<p>Edificações Públicas:</p> <p>02 Ampliações de escolas;</p> <p>12 recuperações de escolas;</p> <p>01 construção de escola.</p> <p>Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:</p> <p>100% escolas mantidas em 1999.</p>	<p>Edificações Públicas:</p> <p>01 Ampliação de escola;</p> <p>02 recuperações de escolas;</p> <p>Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:</p> <p>100% escolas mantidas em 1999.</p> <p>Assistência ao</p>	<p>Edificações Públicas:</p> <p>02 Ampliações de escolas;</p> <p>12 recuperações de escolas;</p> <p>01 construção de escola.</p> <p>Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:</p> <p>100%escolas mantidas em 1999.</p> <p>Assistência ao</p>	<p>Edificações Públicas: não contemplado após 1995.</p> <p>Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:</p> <p>100%escolas mantidas em 1999.</p>

### Quadro 5.1 - Interfaces e Compatibilidade com as Políticas Econômicas, Infra-Estruturais e Sociais Governamentais para a Área de Influência e das Inversões Diretas

Principais ações executadas, em execução ou previstas	Aracati	Icapuí	Jaguaruana	Área das inversões diretas
	Assistência ao estudante: Merenda escolar, Transporte e Material Didático. Manutenção dos Serviços de Saúde: 100% de unidades mantidas em 1999.	estudante: Merenda escolar, Transporte e Material Didático. Manutenção dos Serviços de Saúde: 100% de unidades mantidas em 1999.	estudante: Merenda escolar, Transporte e Material Didático. Manutenção dos Serviços de Saúde: 100% de unidades mantidas em 1999.	Assistência ao estudante: Merenda escolar, Transporte e Material didático. Manutenção dos Serviços de Saúde: 100% de unidades mantidas em 1999.
Desenvolvimento Social (SEDUC/SECITECE/SAS/ SESA)	Programa de Alfabetização Solidária : Município não contemplado. PROARES: Município não contemplado. Programa Emergencial de Frentes Produtivas: 1.766 trabalhadores rurais cadastrados.	Programa de Alfabetização Solidária : Município não contemplado. PROARES: Município não contemplado. Programa Emergencial de Frentes Produtivas: 555 trabalhadores rurais cadastrados.	Programa de Alfabetização Solidária : 250 vagas de alfabetizando. PROARES: Município não contemplado. Programa Emergencial de Frentes Produtivas: 2.068 trabalhadores rurais cadastrados.	Programa de Alfabetização Solidária : área não contemplada. PROARES: área não contemplada. Programa Emergencial de Frentes Produtivas: Trabalhadores rurais da área cadastrados.
Edificações (SETECO)	Passagem molhada em Riacho do Beiral. Reforma da cobertura quadra de esportes Inst. São José.	Ambientação do corredor histórico e turístico de Icapuí, em execução.	Recursos alocados para a construção da sede da Câmara Municipal	Área não contemplada diretamente.
Transportes (SETECO)	26 projetos de conservação de rodovias. Asfaltamento estrada Canoa Quebrada/ Majorlândia. Piçarra estrada Lagoa dos Porcos/Ferreira. Recuperação trecho BR-304/Majorlândia/Porto Canoa. Construção de 02 passagens molhadas na localidade de Beirada.	Construção do trecho CE-261, ligando Icapuí a Ibicuitaba.	Construção estrada Jaguaruana/Aracati. Recuperação estrada Lagoa Vermelha/Estreito/Ilhota. Sinalização da estrada que liga a BR-116 a Jaguaruana. Asfaltamento avenidas e ruas da cidade.	Área não contemplada diretamente.
Transportes (SETECO)	Construção da pista do aeródromo de Aracati.			
Comunicações	Instalação de 19 Telepostos	Instalação de 05 Telepostos.	Instalação de 14 Telepostos	Instalação de Teleposto em Cacimba Funda e Cajazeiras.



## 6 - ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO

A avaliação será constituída da pesquisa de dados (indicadores de avaliação) e análise avaliativa do Programa de Sustentabilidade Social, comparando-se os resultados alcançados a cada 4 anos com os dados dos “Estudos Sócio-Econômicos da Área das Inversões Direta”. Os indicadores de avaliação nos próximos 20 anos serão os seguintes:

- %Crianças e adolescentes atendidos nos setores sociais: assistência médico-sanitária integral, educação infantil e básica, arte, esporte e lazer;
- %Famílias atendidas nos setores sociais: assistência médico-sanitária integral, educação básica e lazer comunitário;
- Erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos na área do projeto;
- %População com ensino fundamental completo;
- %População com ensino médio completo;
- %População economicamente ativa qualificada para o trabalho;
- Taxa de desemprego aberto;
- % de Chefes de Família segundo as faixas de renda.
- %Chefes de domicílios filiados a algum tipo de associação local (Associação de moradores ou comunitária, Cooperativa, Empresa Associativa, etc);
- Erradicação das habitação de taipa e palha na área do projeto por casas de tijolo e telha;
- %Melhorias sanitárias em domicílios locais;
- %Famílias beneficiadas pelo Programa de Educação Social;
- Espaço físico–situação atual dos equipamentos sociais x necessidades de ampliação e reforma atendidas, condições de higiene, abastecimento d’água, energia atendidas.
- %Famílias com alto nível de satisfação com o Programa de Sustentabilidade Social;



## 7 - CUSTOS

## 7.1 - EDUCAÇÃO

- a) Reforma, ampliação e reequipamento de 07 Escolas Rurais, com acréscimo de 01 sala de aula (48m<sup>2</sup>), 01 sala para biblioteca (60m<sup>2</sup>) e uma quadra de esporte em cada escola

ITENS	VALOR
1. OBRAS E INSTALAÇÕES	299.512,50
1.2. Obras Civas	299.512,50
2. EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	135.460,00
2.1. Equipamentos	7.000,00
2.2. Móveis e utensílios	7.000,00
2.3. Acervo Bibliográfico	121.460,00
Enciclopédias (7)	42.000,00
Obras gerais e especializadas (70)	3.360,00
Livros paradidáticos (700)	9.100,00
Obras de cultural geral (350)	15.000,00
Literatura infantil (350)	52.000,00
3. Imprevistos (5% das Obras Civas e Instalações)	14.262,50
<b>TOTAL</b>	<b>449.235,00</b>

- b) Construção e equipamento de 01 Escola Rural de 2 salas-de-aula, biblioteca e demais dependências (180m<sup>2</sup>)

ITENS	VALOR
1. OBRAS E TERRENOS	70.250,00
1.1. Terrenos	12.000,00
1.2. Obras Civas	58.250,00
2. EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	28.098,92
2.1. Equipamentos	2.844,50
2.2. Móveis e utensílios	7.903,00
2.3. Acervo Bibliográfico	17.351,42
3. Imprevistos (5% das Obras Civas e Instalações)	3.512,50
<b>TOTAL</b>	<b>101.861,42</b>

c) Construção e equipamento de 01 Escola Agrícola de 8 salas-de-aula, biblioteca, oficinas, laboratórios e demais dependências(1000m<sup>2</sup>)

ITENS	VALOR
1. OBRAS E INSTALAÇÕES	347.610,00
1.1. Terrenos	24.000,00
1.2. Obras Civis	323.610,00
2. EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	46.000,00
2.1. Equipamentos	16.000,00
2.2. Móveis e utensílios	10.000,00
2.3. Acervo Bibliográfico	20.000,00
3. Imprevistos (5% das Obras Civis e Instalações)	17.380,50
<b>TOTAL</b>	<b>410.990,50</b>

d) Implantação do Modelo Escola Viva<sup>8</sup>

ITENS	VALOR
2. MATERIAL DE CONSUMO	1.356,35
2. SERVIÇOS DE TERC. E ENCARGOS	5.990,00
3.2. Outros Serviços e Encargos	5.990,00
5. EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	5.520,50
5.1. Equipamentos	3.980,50
5.2. Móveis e utensílios	1.260,00
5.4. Outros	280,00
SUB TOTAL	12.866,85
7. IMPREVISTOS	643,34
<b>TOTAL</b>	<b>13.510,19</b>

e) Implantação do Projeto de Aceleração de Aprendizagem

ITENS	VALOR
2. MATERIAL DE CONSUMO	978,00
3. SERVIÇOS DE TERC. E ENCARGOS	4.545,67
3.2. Outros Serviços e Encargos	4.545,67
7. IMPREVISTOS	228,91
<b>TOTAL</b>	<b>5.752,58</b>

<sup>8</sup> O processo de implantação do Modelo Escola Viva deverá envolver, além dos professores das escolas locais, dirigentes, professores e técnicos das Secretarias Municipais de Educação (Aracati, Icapuí e Jaguaruana), Órgãos Regionais de Educação, responsáveis pelo acompanhamento das escolas sediadas na área do projeto e dirigentes comunitários. O processo de implantação terá planejamento específico acordado com o órgão municipal de educação.

## 7.2 - SAÚDE

a) Reforma, Ampliação e Reequipamento de 3 Unidades Ambulatoriais de Saúde:

ITENS	VALOR
1. OBRAS E INSTALAÇÕES	69.756,00
1.2. Obras Civis	69.756,00
2. EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	9.000,00
2.1. Equipamentos	6.000,00
2.2. Móveis e utensílios	3.000,00
3. Imprevistos (5% das Obras Civis e Instalações)	3.487,80
<b>TOTAL ( I )</b>	<b>82.243,80</b>

b) Construção e Equipamento de 4 Unidades Ambulatoriais de Saúde (200 M<sup>2</sup> cada unidade):

ITENS	VALOR
1. OBRAS E INSTALAÇÕES	320.000,00
1.2. Obras Civis	320.000,00
2. EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	140.000,00
2.1. Equipamentos (inclusive veículos)	120.000,00
2.2. Móveis e utensílios	20.000,00
3. Imprevistos (5% das Obras Civis e Instalações)	16.000,00
<b>TOTAL ( I )</b>	<b>476.000,00</b>

c) Programa Saúde da Família

ITENS	VALOR
Pessoal – 4 Equipes completas x 12 meses	94.286,00
Material de Consumo	4.000,00
Serviços de Terceiros (Implantação + capacitação)	7.000,00
Imprevistos (5% do custo total)	5.264,00
<b>TOTAL ( I )</b>	<b>110.550,00</b>

### 7.3 - HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

#### a) Construção de 585 casas populares

ITENS	VALOR
1. OBRAS E INSTALAÇÕES	4.115.475,00
1.2. Obras Civis	3.919.500,00
3. Imprevistos (5% das Obras Civis e Instalações)	195.975,00
<b>TOTAL ( I )</b>	<b>4.115.475,00</b>

#### b) Melhorias habitacionais em 300 habitações rurais

ITENS	VALOR
1. OBRAS E INSTALAÇÕES	300.000,00
1.2. Obras Civis	300.000,00
3. Imprevistos (5% das Obras Civis e Instalações)	5.000,00
<b>TOTAL ( I )</b>	<b>315.000,00</b>

#### c) Consolidação das sedes urbanas distritais como centros de convergência comercial e de serviços e socialização das comunidades rurais: Distritos de São José, Manibu e Mata Fresca e localidade de Cacimba Funda.

ITENS	VALOR
1. OBRAS E URBANIZAÇÕES	1.589.035,20
1.2.1. Praça central (1000m <sup>2</sup> ) X 4 PRAÇAS	140.000,00
1.2.2. Pequena Estação de Passageiros (60 m <sup>2</sup> )x 4	69.756,00
1.2.3. Centro de cidadania x 4	590.440,00
1.2.4. Urbanização de Espaços para Feiras- Livres, Circos e Parques de Diversões x 4	252.000,00
Terreno x 4	48.000,00
Urbanização ( 4 espaços distritais)	204.000,00
1.2.5. Pavimentação de Ruas Principais (4.000 <sup>2</sup> ) com meio fio (4 projetos distritais)	272.000,00
3. Imprevistos (5% das Obras Civis e Instalações)	264.839,20
<b>TOTAL ( I )</b>	<b>1.589.035,20</b>

## 7.4 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

### a) Capacitação da População Economicamente Ativa

ITENS	Nº DE PARTICIPANTES	CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO (1º ANO)	CUSTOS DE RECICLAGEM (2º ANO) <sup>9</sup>
1. Capacitação de Educadores:			
1.2.1. Capacitação e Habilitação de Educadores Infantis	25	65.923,36	65.923,36
1.2.2. Capacitação de Multiplicadores	30	2.500,00	2.500,00
1.2.2. Oficina de Capacitação das famílias em Educação Infantil	30	2.000,00	2.000,00
1.2.3. Capacitação e Habilitação de Professores de séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª)	30	3.400,00	3.400,00
1.2.4. Capacitação e Habilitação de professores de séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª)	30	3.400,00	3.400,00
1.2.5. Capacitação e habilitação de professores para alfabetização de jovens e adultos	25	3.000,00	3.000,00
1.2.6. Capacitação e Habilitação de professores para o ensino médio.	25	4.900,00	4.900,00
1.2.7. Capacitação de Professores para o Ensino supletivo de 1º grau.	30	3.000,00	3.000,00
2. Capacitação Equipes de Saúde	30	15.000,00	15.000,00
3. Capacitação de Artesãos	25	2.038,00	2.038,00
4. Capacitação da população em Arte-educação (dança, música, teatro, pintura).	30	8.000,00	8.000,00
4. Capacitação e Assistência Técnica a Produtores e Trabalhadores rurais	2.000	210.000,00	210.000,00
5. Capacitação de Proprietários Rurais em Gerenciamento de Empresas Rurais	258	27.500,00	27.500,00
6. Capacitação de Lideranças Comunitárias e Dirigentes de Cooperativas para a Co-gestão de equipamentos sociais	20	2.100,00	2.100,00
7. Capacitação de Prestadores de serviços	100	16.000,00	16.000,00
8. Capacitação dos Agentes de Animação Cultural com vista a formação de mão-de-obra especializada, enfocando cursos nas áreas de Artes Plásticas, Dança e Musicalização.			
<b>Total</b>	<b>2.688</b>	<b>368.761,36</b>	<b>368.761,36</b>

<sup>9</sup> A preços correntes de março de 1999.



### b) Implementação de projetos na área de Cultura

ITENS	VALOR
1. Elaboração do Mapeamento e Perfil Cultural da área de influência do Eixo e Elaboração do Calendário de Festividades Cívicas e Culturais, envolvendo escolas, comunidades, associações e grupos folclóricos.	8.000,00
2. Formação de Grupos de Teatro Amador (4)	12.000,00
3. Formação de Grupos de Danças Comunitárias (4)	10.000,00
4. Formação de Grupos de Música Regional (4)	40.000,00
5. Formação de Grupos de Artistas Plásticos (4)	12.000,00
6. Exposições Itinerantes da Produção Cultural entre as diversas Comunidades -Intercâmbios Culturais (3 Distritos e 19 localidades)	22.000,00
7. Total	104.000,00

### 7.5 - ORÇAMENTO CONSOLIDADO DOS INVESTIMENTOS

ITENS	VALOR
1. Reforma, Ampliação e Reequipamento de 7 Escolas Rurais	449.235,00
2. Construção e Equipamento de 1 Escola Rural	101.861,42
3. Construção e Equipamento de 1 Escola Agrícola	410.990,50
4. Implantação do Modelo Escola Viva	13.510,19
5. Implantação dos Ciclos de Aceleração de Aprendizagem	5.752,58
6. Reforma, Ampliação e Reequipamento de 3 Unidades Ambulatoriais de Saúde	82.243,80
7. Construção e Equipamento de 4 Unidades Ambulatoriais de Saúde	476.000,00
8. Programa Saúde da Família	110.550,00
9. Construção de 585 casas populares	4.115.475,00
10. Melhorias Habitacionais	315.000,00
11. Consolidação urbana de sedes distritais	1.589.035,20
12. Capacitação da PEA	368.761,36
13. Implementação de projetos na área de Cultura	104.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.142.415,05</b>

## 7.6 - CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

### a) Custos de Operação Anual<sup>10</sup>

Conservação de Edificações Públicas e Reposição de Equipamentos (a partir do 3º ano do Projeto)

ITENS	VALOR
1. SERVIÇOS DE TERCEIROS	
1.1. Conservação de Edificações Públicas	42.860,00
1.1.1. Escolas Públicas (9)	19.287,00
1.1.2. Unidades de Saúde (7)	15.001,00
1.1.3. Centro de Cidadania (4)	8.572,00
2. REPOSIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	41.000,00
2.1. Equipamentos (20 Unidades)	14.000,00
2.2. Móveis e utensílios (20 Unidades)	14.000,00
2.3. Acervo Bibliográfico (13 Bibliotecas)	13.000,00
3. Imprevistos (5% do Total)	4.193,00
<b>TOTAL</b>	<b>88.053,00</b>

### b) Manutenção do Modelo Escola Viva<sup>11</sup>

ITENS	VALOR
1. MATERIAL DE CONSUMO	1.356,35
2. SERVIÇOS DE TERC. E ENCARGOS	5.990,00
2.2. Outros Serviços e Encargos	5.990,00
3. EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	5.520,50
3.1. Equipamentos	3.980,50
3.2. Móveis e utensílios	1.260,00
3.4. Outros	280,00
SUB TOTAL	12.866,85
5. IMPREVISTOS	643,34
<b>TOTAL</b>	<b>13.510,19</b>

<sup>10</sup> Data Base: Março de 1999

<sup>11</sup> O processo de implantação do Modelo Escola Viva deverá envolver, além dos professores das escolas locais, dirigentes, professores e técnicos das Secretarias Municipais de Educação (Aracati, Icapuí e Jaguaruana), Órgãos Regionais de Educação, responsáveis pelo acompanhamento das escolas sediadas na área do projeto e dirigentes comunitários. O processo de implantação terá planejamento específico acordado com o órgão municipal de educação.

c) Manutenção do Projeto de Aceleração de Aprendizagem

ITENS	VALOR
2. MATERIAL DE CONSUMO	978,00
3. SERVIÇOS DE TERC. E ENCARGOS	4.545,67
3.2. Outros Serviços e Encargos	4.545,67
7. IMPREVISTOS	228,91
<b>TOTAL</b>	<b>5.752,58</b>

d) Manutenção do Programa Saúde da Família

ITENS	VALOR
Pessoal – 4 Equipes completas x 12 meses	94.286,00
Material de Consumo	4.000,00
Serviços de Terceiros (Implantação + capacitação)	7.000,00
Imprevistos (5% do custo total)	5.264,00
<b>TOTAL ( I )</b>	<b>110.550,00</b>

e) Conservação de sedes urbanas distritais como centros de convergência comercial e de serviços e socialização das comunidades rurais: Distritos de São José, Manibu e Mata Fresca e localidade de Cacimba Funda.

ITENS	VALOR
1. SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	
1.2.1.Conservação de Praça central (1000m <sup>2</sup> ) X 4 PRAÇAS x 12 meses	24.000,00
1.2.2.Pequena Estação de Passageiros (60 m <sup>2</sup> )x 4	2.143,00
1.2.5. Conservação da Pavimentação de Ruas Principais (4.000 <sup>2</sup> ) com meio fio (4 projetos distritais) x 12 meses	24.000,00
3. Imprevistos (5% das Obras Civas e Instalações)	2.507,15
<b>TOTAL ( I )</b>	<b>52.650,15</b>

f) Capacitação da População Economicamente Ativa

ITENS	Nº DE PARTICIPANTES	CUSTOS DE RECICLAGEM <sup>12</sup>
1.Capacitação de Educadores:		
1.2.1.Capacitação e Habilitação de Educadores Infantis	25	65.923,36
1.2.2.Capacitação de Multiplicadores		
1.2.2.Oficina de Capacitação das famílias em Educação Infantil	30	2.500,00
	30	2.000,00
1.2.3. Capacitação e Habilitação de Professores de séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª)		
1.2.4. Capacitação e Habilitação de professores de séries finais do ensino fundamental ( 5ª a 8ª)	30	3.400,00
1.2.5. Capacitação e habilitação de professores para alfabetização de jovens e adultos		
1.2.6. Capacitação e Habilitação de professores para o ensino médio.	30	3.400,00
1.2.7. Capacitação de Professores para o Ensino supletivo de 1º grau.	25	3.000,00
	25	4.900,00
	30	3.000,00
2. Capacitação Equipes de Saúde	30	15.000,00
3. Capacitação de Artesãos	25	2.038,00
4. Capacitação da população em Arte-educação (dança, música, teatro, pintura).	30	8.000,00
4. Capacitação e Assistência Técnica a Produtores e Trabalhadores rurais	2.000	210.000,00
5. Capacitação de Proprietários Rurais em Gerenciamento de Empresas Rurais	258	27.500,00
6. Capacitação de Lideranças Comunitárias e Dirigentes de Cooperativas para a Co-gestão de equipamentos sociais	20	2.100,00
7. Capacitação de Prestadores de serviços	100	16.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.688</b>	<b>368.761,36</b>

12 A preços correntes de março de 1999. As reciclagens estão previstas para 2º, 4º, 6º, 8º e 10º anos do projeto. A partir do 10º ano esta prevista uma reciclagem a cada 4 anos.

g) Manutenção de projetos na área de Cultura

ITENS	VALOR
1. Atualização do Mapeamento e Perfil Cultural da área de influência do Eixo e Elaboração do Calendário de Festividades Cívicas e Culturais, envolvendo escolas, comunidades, associações e grupos folclóricos (4º ano do PSS)	8.000,00
2. Formação de Grupos de Teatro Amador (4)	12.000,00
3. Formação de Grupos de Danças Comunitárias (4)	10.000,00
4. Formação de Grupos de Música Regional (4)	40.000,00
5. Formação de Grupos de Artistas Plásticos (4)	12.000,00
6. Exposições Intinerantes da Produção Cultural entre as diversas Comunidades -Intercâmbios Culturais (3 Distritos e 19 localidades)	22.000,00
<b>7. Total</b>	<b>104.000,00</b>

h) Orçamento de Operacionalização Consolidado

ITENS	VALORES BÁSICOS ANUAIS
1. Conservação de Edifícios Públicos e Reposição de Equipamentos	88.053,00
2. Manutenção do Modelo Escola Viva	13.510,19
3. Manutenção dos Ciclos de Aceleração de Aprendizagem	5.752,58
4. Manutenção do Programa Saúde da Família	110.550,00
5. Conservação dos centros de convergência de sedes distritais	52.650,15
6. Capacitação da PEA	368.761,36
7. Manutenção de projetos culturais	104.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>743.277,28</b>

## 7.7 - CUSTOS OPERACIONAIS ANUAIS DE PROGRAMAÇÃO ESPECIAIS NA ÁREA EDUCACIONAL

### a) Escola viva

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1. PESSOAL	-
1.1. Pessoal	-
1.2. Encargos Sociais	-
2. MATERIAL DE CONSUMO	11.686,95
3. SERVIÇOS DE TERC. E ENCARGOS	6.650,00
4. REMUN. DE SERVIÇOS PESSOAIS	-
5. OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	6.650,00
<b>TOTAL I</b>	<b>18.336,95</b>
6. IMPREVISTOS	916,84
TOTAL ( II )	19.253,79
TOTAL GERAL ( III = I + II )	32.763,98
POPULAÇÃO BENEFICIADA ( IV )	750
CUSTO PER CAPITA TOTAL(V=III ÷IV)	43,69
CUSTO PER CAPITA OPER/ANO(VI=II÷IV)	25,67
CUSTO PER CAPITA OPERAC. MENSAL (VII = VI ÷12)	2,14

### b) Aceleração de aprendizagem

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1. PESSOAL	1.996,80
1.1 Pessoal	1.536,00
1.2. Encargos Sociais	460,80
2. MATERIAL DE CONSUMO	973,90
3. SERVIÇOS DE TERC. E ENCARGOS	105,67
4. REMUN. DE SERVIÇOS PESSOAIS	-
5. OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	105,67
TOTAL I	3.076,37
6. IMPREVISTOS	153,82
TOTAL ( II )	3.230,19
TOTAL GERAL ( III = I + II )	8.037,37
POPULAÇÃO BENEFICIADA ( IV )	30
CUSTO PER CAPITA TOTAL(V=III ÷IV)	267,91
CUSTO PER CAPITA OPER/ANO(VI=II÷IV)	107,67
CUSTO PER CAPITA OPERAC. MENSAL (VII = VI ÷12)	8,97

c) Habilitação de Educadores Infantis

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1. PESSOAL	29.175,90
1.1. Pessoal	22.443,00
1.2. Encargos Sociais	6.732,90
2. MATERIAL DE CONSUMO	1.504,63
3. SERVIÇOS DE TERC. E ENCARGOS	15.500,00
4. RENUM. DE SERVIÇOS PESSOAIS	-
5. OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	15.500,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>46.180,53</b>
6. IMPREVISTOS	2.309,02
TOTAL ( II )	48.489,55
TOTAL GERAL ( III = I + II )	166.971,13
POPULAÇÃO BENEFICIADA (IV)	50
CUSTO PER CAPITA TOT/ANO(V =III÷IV)	3.339,42
CUSTO PER CAPITA OPER/ANO(VI=II÷IV)	969,79



## 8 - CRONOGRAMA



## 8.1 - CRONOGRAMA

AÇÕES/ANOS/MES	1º ANO											
	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
1.Mobilização/Sensibilização das comunidades envolvidas.	—————											
2.Articulações com setores governamentais e não-governamentais.	—————											
3.Discussão do Projeto global e do PSS		—————										
4.Estabelecimento de Parcerias Locais para o PSS.			—————									
5.Implementação de Parcerias- Programa de Participação Social- Gestão Social.			—————									
6.Implantação do PSS: Construções, Reformas, Ampliações, Aquisições, Capacitações, Financiamentos a Produtores e Assistência Técnica.				—————								
7.Distribuição de containers para deposição de lixo doméstico em 19 localidades da área;					—————							
8.Implantação de coleta semanal de lixo em 19 localidades da área.					—————							

## 8.2 - CRONOGRAMA DE OPERACIONALIZAÇÃO

AÇÕES/ANO	2º ANO	3º ANO	4ºANO	5º ANO
1.Manutenção adequada de 08 escolas municipais rurais da área das inversões diretas;				
2.Manutenção 01 escola agrícola na localidade Cacimba Funda para atender jovens de toda a área do projeto e adjacências;				
3.Assistência ao educando(Continuidad e e permanência dos atuais programas de assistência ao estudante).				
4. Capacitação da PEA.				
5. Adequação de currículos e atividades de ensino ao contexto local (modelo escola viva).				
6.Cursos de alfabetização de adultos.				
7.Cursos supletivos de 1º grau para jovens e adultos em idade economicamente ativa.				
8.Capacitação de trabalhadores em diversas áreas do conhecimento e relacionadas com as atividades fins da produção rural, com ênfase na modernização tecnológica e gerencial das propriedades;				

AÇÕES/ANO	2º ANO	3º ANO	4ºANO	5º ANO
<p>9.Capacitação de proprietários no gerenciamento de seus empreendimentos, seja individual ou associativamente;</p> <p>10.Capacitação de das lideranças comunitárias, produtores e suas famílias em ações de educação social;</p> <p>11.Capacitação de prestadores de serviços às propriedades rurais, em atividades-meio (administração, informática, mecânica, eletricidade, etc.);</p> <p>12.Capacitação de dirigentes de Cooperativas e Associações Comunitárias na área, em metodologias de co-gestão.</p>				
<p>Desenvolver e consolidar o conceito de “centralidade da vida comunitária e da vizinhança rural” nas sedes urbanas dos distritos de São José, Manibú e Mata Fresca, bem como da localidade Cacimba Funda.</p>				

### 8.3 - CRONOGRAMA DE MANUTENÇÃO

AÇÕES/ANO	10º ANO	15º ANO	20º ANO
1. Manutenção adequada das escolas municipais rurais da área das inversões diretas;			
2. Manutenção da escola agrícola na localidade Cacimba Funda para atender jovens de toda a área do projeto e adjacências;			
3. Assistência ao educando (Continuidade e permanência dos atuais programas de assistência ao estudante).			
4. Capacitação e reciclagem da PEA.			
5. Adequação de currículos e atividades de ensino ao contexto local (modelo escola viva).			
6. Manutenção do Modelo de Vigilância à Saúde.			
7. Manutenção adequada da rede de unidades locais de saúde.			
8. Consolidação definitiva do conceito de "centralidade da vida comunitária e da vizinhança rural" nas sedes urbanas dos distritos de São José, Manibú e Mata Fresca, bem como da localidade Cacimba Funda.			
Operacionalização do PSS			